



INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus Macaé

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MODALIDADE PROFISSIONAL

ESTUDOS AGROAMBIENTAIS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO
MACHADINHA (QUISSAMÃ – RJ)

JANAÍNA DA SILVA RIBEIRO

MACAÉ-RJ

2018

JANAÍNA DA SILVA RIBEIRO

ESTUDOS AGROAMBIENTAIS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO
MACHADINHA (QUISSAMÃ – RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Avaliação, Gestão e Conservação Ambiental.

Orientador: Dr. Luís Felipe Umbelino

MACAÉ-RJ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484e Ribeiro, Janaína da Silva.
Estudos agroambientais da comunidade remanescente de quilombo Machadinha (Quissamã - RJ) / Janaína da Silva Ribeiro. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.
ix, 62 f.: il. color.

Orientador: Luis Felipe Umbelino dos Santos.

Dissertação (Mestrado). - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.
Inclui bibliografia.

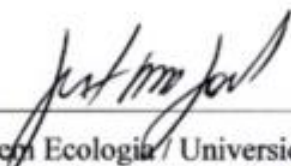
1. Agricultura - Aspectos ambientais - Machadinha (Quissamã, RJ). 2. Quilombolas - Machadinha (Quissamã, RJ). I. Santos, Luis Felipe Umbelino dos, orient. II. Título.

CDD 630.98153 23.ed.


Dissertação intitulada **ESTUDOS AGROAMBIENTAIS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MACHADINHA (QUISSAMÃ – RJ)**, elaborada por **Janaina da Silva Ribeiro** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense, na área concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Avaliação, Gestão e Conservação Ambiental.

Aprovado em 26 de setembro de 2018.

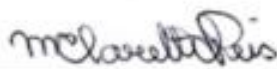
Banca Examinadora:



Luís Felipe Umbelino, Doutor em Ecologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) – Orientador



Vicente de Paulo Santos de Oliveira, Doutor em Engenharia Agrícola / Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense)



Maria Clareth Gonçalves Reis, Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense / UFF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, meus filhos e amigos, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu força nesse difícil percurso e aos meus filhos que me inspiram e iluminam o meu caminho. Agradeço ao meu orientador professor Umbelino pela paciência e dedicação. Aos educadores, educadoras e à equipe de coordenação deste curso, pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos. Às minhas amigas: Inês, Luciana, Valéria e Viviane que me apoiaram nos momentos mais difíceis. Agradeço à Comunidade de Machadinho que acolheu nossa equipe de trabalho, ao INCRA que ajudou a direcionar a pesquisa e a todos que de alguma forma contribuíram para o andamento deste trabalho.

Ao IFF e aos meus ex-alunos e colegas de trabalho desta Instituição, a minha eterna gratidão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Fazenda Machadinha	21
Figura 2 – Localização do município de Quissamã	21
Figura 3 - Retrata reunião para elaboração do Plano de Trabalho	22
Figura 4 – Entrevista na Comunidade de Bacurau	23
Figura 5 - Área de atuação do Comitê Baixo Paraíba do Sul	26
Figura 6 - Antiga Senzala da Fazenda Machadinha	29
Figura 7 - Tradicional Jongo de Machadinha	29
Figura 8 - Vista externa da Casa de Artes	30
Figura 9 - Vista interna da Casa de Artes	30
Figura 10 - Planta da Fazenda Machadinha	32
Figura 11 - Croqui do acesso à Fazenda Machadinha, constando as cinco comunidades complexos	33
Figura 12 - Canal Campos-Macaé	37
Figura 13 - Horta na comunidade Bacurau	38
Figura 14 - Fabricação de Colorau	39
Figura 15 - Produção de ovos da Comunidade Boa Vista	42
Figura 16 - Produção de doce de leite	42
Figura 17 - Área comunitária da Comunidade Sítio Santa Luzia	43
Figura 18 - Único lote da Comunidade de Santa Luzia que possui	44

ESTUDOS AGROAMBIENTAIS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MACHADINHA (QUISSAMÃ – RJ)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo caracterizar os aspectos agronômicos da comunidade remanescente de quilombo Machadinha (Quissamã – RJ), a fim de que estas informações componham o seu Relatório Agroambiental. Para tanto, foi elaborado um Relatório Técnico intitulado: “Levantamento das Informações Agronômicas do Território Quilombola Machadinha – Quissamã - Rio de Janeiro”. Também compõe esse trabalho, o artigo intitulado: “A Importância dos Estudos Agroambientais nos Territórios Quilombolas no Estado Do Rio De Janeiro”, que tem o objetivo de levantar a importância dos estudos agronômicos e ambientais das comunidades remanescentes quilombolas fluminenses. A abordagem metodológica utilizada é qualitativa. No que se refere às técnicas de pesquisas utilizou-se a documentação indireta para o recolhimento de informações prévias sobre a comunidade, através de pesquisas documental e bibliográfica. Em relação à documentação direta foi realizada pesquisa de campo, classificada como exploratória, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a realização de conversas informais com os moradores. Salienta-se que há convergência com as metodologias utilizadas pelo INCRA para elaboração de seus relatórios. A metodologia utilizada e descrita neste trabalho subsidia a elaboração de outros relatórios agroambientais, colaborando com o processo de titulação das comunidades em questão. Verificou-se que a agricultura em Machadinha é utilizada para o consumo próprio, vendendo-se o excedente.

Palavras-chave: Relatório Agroambiental. Relatório Antropológico. Agricultura Quilombola

Agro-Environmental Studies in the Remanescent community of Quilombo Machadinha (Quissamã – RJ)

ABSTRACT

The actual dissertation has as objective to characterize the agronomic aspects from the remaining community of quilombo Machadinha (Quissamã-RJ), with the purpose that the information compose their agro-environmental report. For that, was elaborated a technical report named: "Relation of the agronomic information of the quilombola territory Machadinha - Quissamã - Rio de Janeiro ". Also composes that work, an article named: "The Importance of Agro-Environmental Studies in the Quilombola Territories in the State of Rio de Janeiro", which aims to raise the importance of agronomic and environmental studies of the communities remaining in the Quilombola region. The methodological approach used is qualitative. As far as research techniques were concerned, indirect documentation was used to collect previous information about the community, through documentary and bibliographic research. Regarding the direct documentation, field research was classified as exploratory, with the application of semi-structured interviews and informal conversations with the residents. It should be noted that there is convergence with the methodologies used by INCRA to prepare its reports. The methodology used and described in this work supports the elaboration of other agri-environmental reports, collaborating with the titling process of the communities in question. It was verified that the agriculture in Machadinha is used for the self consumption, being sold the surplus.

Keywords: *Agro-environmental report. Anthropological Report. Quilombola agriculture.*

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vi
RESUMO.....	vii
<i>ABSTRACT</i>	viii
APRESENTAÇÃO	1
A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS AGROAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	03
1. INTRODUÇÃO.....	05
2. MATERIAL E MÉTODO.....	06
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	10
5. CONCLUSÃO.....	15
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES AGRONÔMICAS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MACHADINHA – QUISSAMÃ - RIO DE JANEIRO	18
SUMÁRIO.....	19
1. INTRODUÇÃO.....	20
2. MATERIAL E MÉTODO.....	21
2.1. Bacia Hidrográfica – RH IX.....	24
3. RESULTADOS.....	26
3.1. Os Territórios Quilombolas e Seus Marcos Legais.....	26
3.2. A Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinha.....	28
3.3. Aspectos Ambientais.....	34
3.4. Aspectos Agronômicos.....	36
3.4.1. Comunidade Bacurau.....	38
3.4.2. Comunidade Boa Vista.....	41
3.4.3 Comunidade Sítio Santa Luzia.....	43
4. CONCLUSÃO.....	47
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
APÊNDICE – Questionário para obtenção de dados agronômicos	
ANEXO – Nota Técnica N°006 - INCRA	

APRESENTAÇÃO

De acordo com o Decreto Federal N° 4.887 de 20 de novembro de 2003, a titulação definitiva de um Território Quilombola exige uma série de trâmites legais, iniciada com a autodefinição quilombola (certificada pela Fundação Cultural Palmares - FCP), seguida da elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Segundo dados do ano de 2017 da FCP 2.890 comunidades quilombolas foram certificadas por esta fundação. No entanto, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, até o ano de 2017, apenas 1.525 terras quilombolas encontram-se em processo de regularização e somente 167 foram tituladas. Considerando isso, é importante que haja um estudo a respeito da elaboração desses relatórios, já que, legalmente, outras entidades em convênio com este órgão podem elaborar tais documentos.

A comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda Machadinha foi certificada como quilombola em 2006, através da Fundação Cultural Palmares. Em seguida iniciou-se o processo de titulação junto ao INCRA. Para dar seguimento à regularização é necessário elaborar o relatório antropológico para integrar o RTID da comunidade. Porém, diante do atual cenário político no Brasil, das dificuldades econômicas, da criminalização dos movimentos sociais e da luta pela posse da terra, o INCRA, enfrenta uma situação de dificuldade para a realização de suas atividades de extensão e assistência técnica. Diante do exposto, está sendo elaborado um Termo de Cooperação entre o INCRA e uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É importante salientar que todos os trabalhos se realizam em conjunto, com a participação ativa outras instituições, principalmente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

A elaboração do relatório agroambiental, será feito pelo IFF, enquanto o restante do relatório antropológico, pela UENF. Sendo assim, a presente dissertação tem como objetivo caracterizar os aspectos agrônômicos da comunidade remanescente de quilombo Machadinha (Quissamã – RJ), a fim de que estas informações compoñam o seu Relatório Agroambiental. Portanto, foi elaborado um Relatório Técnico intitulado: “Levantamento das Informações Agrônômicas do Território Quilombola Machadinha – Quissamã - Rio de Janeiro”.

Para compreender como o INCRA avalia as questões agrônômicas e ambientais, foi elaborado o artigo intitulado: “A Importância Estudos Agroambientais nos Territórios Quilombolas no Estado do Rio De Janeiro”, que analisa os estudos apresentados nos relatórios agroambientais desenvolvidos nas comunidades quilombolas fluminenses.

A abordagem metodológica utilizada é qualitativa. No que se refere às técnicas de pesquisas utilizou-se a documentação indireta para o recolhimento de informações prévias sobre as comunidades, através de pesquisas documental e bibliográfica. Em relação à documentação direta foi realizada pesquisa de campo, classificada como exploratória, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a realização de conversas informais com os moradores. Salienta-se que há convergência com as metodologias utilizadas pelo INCRA para elaboração de seus relatórios.

A metodologia descrita neste estudo subsidia a elaboração do relatório agroambiental em comunidades que ainda não dispõem do mesmo. Assim, outras instituições em parceria com o INCRA poderão colaborar no processo de regularização fundiária desses importantes e sofridos territórios.

ARTIGO CIENTÍFICO 1

(Apresentado em outubro de 2018 – I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e publicado em dezembro de 2018 na Revista Geographia Opportuno Tempore)

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS AGROAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Janaína da Silva Ribeiro⁽¹⁾

Luís Felipe Umbelino⁽²⁾

Vicente de Paulo Santos de Oliveira⁽³⁾

⁽¹⁾ Engenheira Agrônoma, mestra em Engenharia Ambiental, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, ribeiro.janaina@hotmail.com

⁽²⁾ Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação ciência e tecnologia Fluminense, lfumbelino@gmail.com

⁽³⁾ Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, vicentedepaulosantosdeoliveira@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar os estudos apresentados nos relatórios agroambientais desenvolvidos nas comunidades quilombolas fluminenses, assim como entender sua metodologia de elaboração, a fim de compreender como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) avalia as questões agronômicas e ambientais. A abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica, principalmente através dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação das comunidades: Alto da Serra Mar, Botafogo, Cabral, Caveira, Cruzeirozinho, Marambaia, Santa Rita do Bracuí, Santana e São Benedito, cedidos pelo INCRA. Foi demonstrada preocupação com a sustentabilidade ambiental e cultural ao longo da elaboração desses documentos. Seus modelos mais recentes (Marambaia e Santa Rita do Bracuí) foram produzidos em 2015 e são os mais completos do ponto de vista de observância à legislação pertinente. Verificou-se que a agricultura nessas comunidades é incipiente, sendo utilizada para o consumo próprio, vendendo-se o excedente. Das 2.890 comunidades autodeclaradas quilombolas junto à Fundação Cultural Palmares, somente 167 estão regularizadas pelo INCRA, portanto, é importante que sejam realizados estudos a respeito da elaboração desses relatórios, pois, legalmente, outras entidades em convênio com este órgão podem elaborar tais documentos.

Palavras-Chave: Relatório Agroambiental; INCRA; Agricultura Familiar.

Abstract

The objective of this article is to analyze the studies presented in the agri - environmental reports developed in the communities of quilombo and to understand their methodology of elaboration, in order to understand how INCRA (National Institute of Colonization and Agrarian Reform) evaluates agronomic and environmental issues. The methodological approach used was documental and bibliographical research, mainly through the Technical Reports of Identification and Delimitation of the communities: Caveira, Cruzeiroinho, Marambaia, Santa Rita do Bracuí, Santana and São Benedito, awarded by INCRA. Worry was expressed about environmental and cultural sustainability throughout the preparation of these documents. Its most recent models (Marambaia and Santa Rita do Bracuí) were produced in 2015 and are the most complete from the point of view of compliance with the pertinent legislation. It was verified that the agriculture in these communities is incipient, being used for the own consumption, being sold the surplus. Of the 2.890 quilombola self-declared communities at the Palmares Cultural Foundation, only 167 are regularized by INCRA. Therefore, it is important that studies be carried out regarding the preparation of these reports, since, legally, other entities in agreement with this body can prepare such documents.

Keywords: Agro-environmental Report; INCRA; Family farming.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar los estudios presentados en los informes agroambientales desarrollados en las comunidades quilombolas fluminenses, así como entender su metodología de elaboración, para comprender cómo el INCRA (Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria) evalúa las cuestiones agronómicas y ambientales. El enfoque metodológico utilizado fue la investigación documental y bibliográfica, principalmente por los Informes Técnicos de Identificación y Delimitación de las comunidades: Alto da Serra Mar, Botafogo, Cabral, Calavera, Cruzeiroinho, Marambaia, Santa Rita do Bracuí, Santana y San Benito, cedidos por el INCRA . Se ha demostrado preocupación por la sostenibilidad ambiental y cultural a lo largo de la elaboración de estos documentos. Sus modelos más recientes (Marambaia y Santa Rita do Bracuí) fueron producidos en 2015 y son los más completos desde el punto de vista de observancia a la legislación pertinente. Se verificó que la agricultura en esas comunidades es incipiente, siendo utilizada para el consumo propio, vendiéndose el excedente. De las 2.890 comunidades autodeclaradas quilombolas junto a la Fundación Cultural Palmares, sólo 167 están regularizadas por el INCRA, por lo tanto, es importante que se realicen estudios sobre la elaboración de esos informes, pues, legalmente, otras entidades en convenio con este órgano pueden elaborar dichos documentos.

Palabras clave: Informe Agroambiental; INCRA; Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A titulação definitiva de um território quilombola exige uma série de trâmites legais, que inicia-se com a autodefinição (certificada pela Fundação Cultural Palmares - FCP) e, posteriormente, os seguintes passos: elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, portaria de reconhecimento, decreto de desapropriação e, finalmente, a titulação. O relatório supracitado é um documento, chancelado pela Instrução Normativa nº 57/2009 (IN – 57) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de acordo com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. O RTID é dividido em seis peças fortemente integradas e o relatório antropológico é uma delas. Já o relatório agroambiental, foco deste artigo, é um adendo do relatório antropológico e é normatizado pela Nota Técnica nº 006/2009 que consiste em um roteiro para o levantamento de informações agronômicas e ambientais das comunidades.

O Relatório Agroambiental, constitui um marco de avanço para os estudos de delimitação territorial de comunidades quilombolas existentes no Brasil. Sua base de dados subsidia a tomada de decisão, o planejamento e a gestão ambiental do território através de um retrato da situação atual, por meio da caracterização física, socioeconômica e jurídico institucional, apresentada de forma estruturada e representada espacialmente através de mapas.

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e a análise de dados secundários foi realizada a partir da pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental foi realizada no INCRA junto aos RTIDs das comunidades Alto da Serra Mar, Botafogo, Cabral, Caveira, Cruzeirinho, Marambaia, Santa Rita do Bracuí, Santana e São Benedito.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar os estudos apresentados nos relatórios agroambientais desenvolvidos nas comunidades remanescentes de quilombo fluminenses, assim como entender sua metodologia de elaboração, a fim de compreender como o INCRA avalia as questões ambientais e agronômicas.

Considerando que muitas comunidades autodeclaradas quilombolas junto à FCP ainda não estão regularizadas perante o INCRA, é importante que haja um estudo a respeito da elaboração desses relatórios, já que, legalmente, outras entidades em convênio com este órgão podem elaborar tais documentos. Sendo assim, este estudo poderá subsidiar a elaboração do relatório agroambiental em comunidades que ainda não dispõem do mesmo.

Além desta parte introdutória o artigo apresenta a metodologia utilizada para a construção deste trabalho, onde constam os aspectos destacados nos relatórios agroambientais estudados. A seção seguinte trata do resultado e discussão, onde são apresentados os principais conceitos e

legislação pertinentes ao tema de regularização fundiária de comunidades quilombolas. O texto é encerrado com as considerações finais, onde são apontadas as perspectivas para a construção do Relatório Agroambiental, assim como a sugestão de sua utilização de forma mais prática.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e a análise de dados secundários foi realizada a partir da pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental foi realizada através dos RTIDs das comunidades Alto da Serra Mar, Botafogo, Cabral, Caveira, Cruzeiroinho, Marambaia, Santa Rita do Bracuí, Santana e São Benedito, cedidos pelo INCRA para esta pesquisa.

Área de estudo

Foram analisados os estudos desenvolvidos pelo INCRA em nove territórios quilombolas do estado do Rio de Janeiro, pois, neste Estado, somente essas comunidades possuem os seus relatórios agroambientais elaborados. É importante salientar que existem atualmente dezesseis comunidades no estado do Rio de Janeiro que ainda não possuem este documento. Delimita-se, então, a área de estudo nas Comunidades Remanescentes de Quilombo: Alto da Serra Mar, Botafogo, Cabral, Caveira, Cruzeiroinho, Marambaia, Santa Rita do Bracuí, Santana e São Benedito. Nas linhas abaixo apresenta-se uma breve explanação das principais informações constantes nos relatórios agroambientais dessas comunidades.

Comunidade Remanescente de Quilombo do Alto da Serra do Mar

A comunidade localiza-se nos municípios de Angra dos Reis e Rio Claro, a cerca de 540 metros de altitude, com uma área delimitada de 327,19 ha, possuindo 30 famílias cadastradas (RTID, 2010). A Região do Médio Paraíba iniciou sua produção agrícola para o abastecimento das tropas que transportavam ouro de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e, posteriormente, tornou-se grande produtora de café. Até o final da década de cinquenta, o território era área de produção de carvão, fundamentalmente por sua proximidade com Volta Redonda e Barra Mansa (RTID, 2010).

O relevo no município é ondulado com amplitudes maiores que 200 metros e declividades superiores a 45%, favorecendo a coleta de esgoto e a drenagem das águas pluviais. A área urbana do Município demonstra pouca existência ou nenhuma área arborizada e apresenta apenas uma vegetação rasteira que a cada ano sofre com os incêndios florestais, tornando assim esse solo desprotegido suscetível às erosões. A fauna e a flora são características do bioma mata Atlântica (PMSB - RC, 2014). No que compete aos aspectos agrônômicos, o solo é pouco mobilizado, pois os

cultivos mecanizáveis são reduzidos e concentram-se nas partes planas do relevo, favorecendo a conservação do mesmo. De acordo com o INCRA (2010), nas encostas foi identificada a produção da cultura da banana, principalmente, próximo aos corpos d'água, e um manejo característico de sistemas agroflorestais. A bananicultura é destinada à comercialização. Os moradores também comercializam o excedente das pequenas criações de bovinos, suínos e aves (RTID, 2010).

Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Botafogo

Localizada no município de Cabo Frio, com uma área delimitada de 189,8364 ha, possuindo 250 famílias, porém apenas 34 são cadastradas (RTID, 2013). Assim como em outras comunidades quilombolas fluminenses, a produção agrícola é voltada para a subsistência, onde o excedente é comercializado nas feiras livres ou compartilhado entre amigos e parentes. Dentre a produção agrícola, se destaca a mandioca, porém outras culturas que também são cultivadas, como o feijão; o milho; o quiabo; citrus e a banana, além das demais culturas que, apesar de não serem plantadas sistematicamente, desenvolvem papel relevante para alguns quilombolas e utilizam dos seus excedentes para comercialização nas feiras livres, como no caso do abacate, acerola e a jabuticaba. As atividades de pecuária e avicultura também estão presentes (RTID, 2013).

Embora o bioma presente seja o da mata atlântica, para Coe et al. (2007), Cabo Frio constitui-se no “único grande reduto de caatingas extra-sertanejos” do país. A autora considera também que a região apresenta um quadro geomorfológico complexo e diferenciado em razão da morfogênese. A topografia do território pode ser classificada como plana, apresentando declividades que variam de 10% e o clima é seco, possuindo a menor quantidade de chuvas do estado e em relação à flora apresenta muitas espécies endêmicas e raras (RTID, 2013). O município conta com o Parque Ecológico Municipal do Mico-Leão-Dourado e com o Parque Ecológico Dormitório das Garças (PCRMA – CF, 2017).

Comunidade Remanescente de Quilombo de Cabral

De acordo com o RTID, elaborado em 2009, a comunidade localiza-se no Município de Paraty e possui uma área delimitada de 512,8478 ha e tem 57 famílias quilombolas cadastradas. O relevo é fortemente acidentado e de grande suscetibilidade a processos erosivos, por outro lado, essa característica torna o território um refúgio por dificultar a especulação imobiliária. Na comunidade pequenas criações, como aves e suínos, ocupam o mesmo espaço do plantio (cana, milho, banana, citrus, mandioca), que é efetuado em locais próximos às habitações ou em meio à capoeira e pastos.

Em todos os casos há uma heterogeneidade das culturas com as formações nativas. Formando espaços paralelos aos sistemas agroflorestais, o que é interessante para sócio ambiente local (RTID, 2009). O município de Paraty, além de suas riquezas históricas, que remontam o período Colonial, conta com cinco unidades de conservação, tais como: o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica de Tamoios, a Área de Proteção Ambiental Cairuçu, a Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty e a Reserva Estadual Ecológica da Juatinga (DIAS e SEIXAS, 2017). A fauna e a flora são características do bioma Mata Atlântica e sua localização geográfica deve assim estar em consonância com os diferentes planos de manejo da diferentes unidades de conservação circunvizinhos (RTID, 2009).

Comunidade Remanescente de Quilombo de Caveira

De acordo com o RTID, elaborado em 2010, a comunidade localiza-se no Município de São Pedro da Aldeia, possui uma área delimitada de 222,6017 ha e 162 famílias cadastradas. A cultura da mandioca é amplamente difundida na região e os múltiplos e variados aspectos que envolvem o seu cultivo e transformação em alimento conferem-lhe considerável importância histórica, econômica e social para os quilombolas de Caveira (RTID, 2010). Outras culturas também são plantadas na região, como o feijão; o milho; o quiabo; citrus e a banana, além das demais culturas que, apesar de não serem plantadas sistematicamente, desenvolvem papel relevante para alguns quilombolas e utilizam dos seus excedentes para comercialização nas feiras livres, como no caso do abacate, acerola e da jabuticaba. As atividades de pecuária e avicultura também estão presentes (RTID, 2010). O município é contemplado pelo Parque Municipal da Mata Atlântica Aldeense e em 2014, 6% do município era composto por vegetação natural, sendo a maior parte restinga e mata. (PCRMA – SPA, 2017).

Comunidade Remanescente de Quilombo de Cruzeirinho

Localizada no município de Natividade, numa distância de cerca de 7 km da sede do município. Com uma área delimitada de 65,8388 ha, possuindo 37 famílias cadastradas. O território de Cruzeirinho encontra-se submetido em meio à pecuária de corte, aparecendo ainda algumas áreas destinadas a culturas anuais como o arroz, feijão e mandioca, limita a comunidade rodovia. Segundo organizações ambientalistas do local a pecuária tem causado fortes impactos ambientais. Isto pode ser notado no território, onde a abertura dos pastos exigiu a supressão de florestas nativas. (RTID, 2012).

Comunidade Remanescente do Quilombo de Marambaia

De acordo com o RTID da comunidade, elaborado em 2015, o Quilombo da Marambaia fica situado em um acidente geográfico peculiar, na ilha de Marambaia no município de Mangaratiba.

Possui área total delimitada de 52,9939 ha e 124 famílias cadastradas. A atividade produtiva do território quilombola de Marambaia destaca-se pelo perfil pesqueiro de sua comunidade, característica dada principalmente pelo seu amplo litoral, que oferece facilidade à produção de pesca. A Marambaia ainda possui extensa área de Mata Atlântica originária, de vegetação de restinga e de mangues em excelente estado de conservação (RTID, 2015). As áreas de restinga encontram-se em franco estado de devastação (SOUZA, 2007), o que torna o território de Marambaia ainda mais importante do ponto de vista da preservação ambiental.

Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí

Localizado no Município de Angra dos Reis, possuindo 119 famílias. A comunidade se dedica ainda à agricultura, porém o fazem para consumo próprio e ao extrativismo. Os produtos mais cultivados são aipim, milho, feijão, hortaliças, cana-de-açúcar, pupunha, banana, goiaba, abacate, jambo e coco (RTID, 2015). Dentro do território de Bracuí estas áreas possuem uma característica própria quanto ao seu sistema de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes, podendo inclusive conter agroflorestas (RTID, 2015). De acordo Pocidonio e Silva (2011), o município tem aproximadamente 819 km² de extensão, seis metros de altitude do nível do mar e aproximadamente 160 mil habitantes, possui no turismo importante vocação econômica e é conhecido por suas belezas naturais, que se compõe do misto de ilhas (totalizando 365), praias (aproximadamente 2000). A alta pluviosidade atrelada ao relevo movimentado da região tem merecido uma atenção especial em Angra dos Reis por parte dos órgãos públicos devido a problemas como o deslizamento (RTID, 2015).

Comunidade Remanescente de Quilombo de Santana

Localizada no município de Quatis que encontra-se altamente antropizado pelos últimos dois séculos de intensa exploração agropecuária, porém a fauna da região ainda apresenta relativa diversificação. (RTID, 2007).

Comunidade Remanescente de Quilombo de São Benedito

De acordo com o RTID (2010) a comunidade localiza-se no município de São Fidélis, numa distância de 2 km da sede do município. Com uma área delimitada de 2.946,40 ha, possuindo 60 famílias quilombolas cadastradas. A atividade produtiva do território de São Benedito encontra-se

totalmente dominado pela pecuária de corte, prática comum da região. A prática predatória da queimada para renovar pastagem causa, entre outras consequências, o despejo de gases e partículas na atmosfera, a queima da fertilidade do solo, a eliminação ou a expulsão de invertebrados e pequenos vertebrados da área. Há muitas áreas de preservação permanente totalmente devastadas sem nenhuma iniciativa governamental ou privada para recompor-lhes os ecossistemas vegetais nativos, pois o estado ambiental do território é preocupante. (RTID, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Wanderley (2000, p. 116) —território é um espaço delimitado, cujos contornos são recordados por certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere tanto aos aspectos físicos e as atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local. Para Lima (2016, p. 13) a definição de território está vinculada às relações de poder, ou seja, —o território é um espaço geográfico, que apresenta fronteiras fluidas, é social e historicamente construído, onde os atores sociais (re)produzem e (re)significam sua cultura. É o espaço de disputa entre arenas e poder, que possui aspectos tangíveis e intangíveis. A autora ainda define territorialidade como sendo a —expressão do poder da sociedade na conformação do espaço geográfico (territorial). São as manifestações culturais, os aspectos materiais e imateriais que regem a vida e a (re)produção sociocultural dos atores e sujeitos do território (LIMA, 2016, p. 14).

No que se refere especificamente ao conceito de território quilombola, a legislação federal, através do artigo 2º do Decreto 4.887/2003 considera como remanescentes das comunidades quilombolas —os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. O Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, promulgou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, categorizou os quilombolas como —povo tribal, tendo em vista a identidade étnica, os costumes e a cultura, a história secular e a relação de pertencimento com o território que ocupam.

Para assegurar seus direitos como sujeitos coletivos, um avanço para esses atores foi a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais, regulamentada pelo Decreto nº6.040/2007. A mesma objetiva: “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (BRASIL, 2007).

De acordo com o Guia de Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas (2013), 82,2% das famílias quilombolas desenvolve como atividade a agricultura, o extrativismo ou a pesca artesanal. Este mesmo documento informa que 74,73% das famílias estão em situação de extrema pobreza. Esses dados demonstram que a regularização fundiária dessas comunidades é urgente, de modo que possam melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida, além da inclusão produtiva e a garantia de direitos à cidadania através do acesso às políticas públicas.

Quando as comunidades estão localizadas em áreas rurais, a agricultura é a atividade que transversaliza todas as outras atividades geradoras de recursos financeiros, delineando bem o conceito da multifuncionalidade da agricultura e novas ruralidades. Os agricultores familiares (re)produzem manejos que expressam seus *modus vivendi* e *modus operandi* nesses espaços.

Após o reconhecimento dos remanescentes de quilombos pela Constituição Federal de 1988, os grupos quilombolas ganharam uma visibilidade mínima enquanto sujeitos de direitos, muitos deles funcionando como medidas de reparação reivindicados em razão de um passado de submissão e negação (RODRIGUES, 2010). Dentre esses direitos estão: a garantia ao título coletivo de suas terras, a preservação de sua cultura e o atendimento de suas necessidades através de políticas públicas.

Segundo dados da FCP (2017) 2.890 comunidades quilombolas foram certificadas por esta fundação. No entanto, de acordo com o INCRA (2017) apenas 1.525 terras quilombolas encontram-se em processo e somente 167 foram tituladas. Esses números refletem a morosidade das ações do INCRA frente aos processos de reconhecimento, bem como a burocratização dos entes e das instâncias envolvidas. De acordo com dados do INCRA (2018) o Brasil tem 1.715 processos abertos para reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, sendo 977 na região Nordeste; 142 na Norte; 118 no Centro Oeste; 151 na Sul e 327 na Sudeste, dos quais 25 são oriundos do estado do Rio de Janeiro (Tabela 1).

Tabela 1: Ilustra as comunidades fluminenses que solicitaram abertura de reconhecimento como remanescentes de quilombos, o município onde estão localizadas e o ano de abertura do processo junto ao INCRA

Comunidade	Município	Ano de abertura do processo
Rasa	Armação dos Búzios	2004
Santana (título da FCP)	Quatis	2004
Caveira Botafogo	São Pedro da Aldeia	2004
Pedra do Sal	Rio de Janeiro	2005
Sacopã	Rio de Janeiro	2005
São José da Serra	Valença	2005
Marambaia	Mangaratiba	2006
Machadinha	Quissamã	2006
Alto da Serra do Mar	Rio Claro	2006
Santa Rita do Bracuí	Angra dos Reis	2006
São Benedito	São Fidélis	2006
Cabral	Paraty	2006
Sobara	Araruama	2006
Cruzeirinho	Natividade	2007
Botafogo	Cabo Frio	2007
Deserto Feliz	São Francisco do Itabapoana	2007
Prodígio	Araruama	2009
São José do Pinheiro	Pinheiral	2009
Maria Romana	Cabo Frio	2011
Baia Formosa	Búzios	2012
Tapera	Petrópolis	2013
Maria Joaquina	Cabo Frio	2013
Boa Esperança	Areal	2013

Fonte: INCRA, 2018

Como supracitado, o RTID é um requisito para a obtenção do título de propriedade para os quilombolas. O mesmo é produto de pesquisa participativa realizada junto às comunidades. A metodologia utilizada pelo INCRA para construção dos Relatórios Agroambientais das comunidades estudadas do estado do Rio de Janeiro, foi o levantamento bibliográfico e métodos qualitativos através de entrevistas e reuniões junto às comunidades. A adoção de equipes interdisciplinares para a construção dos relatórios técnicos foi um avanço no sentido de melhor compreender os aspectos técnicos, culturais, identitários, econômicos e sociais dos territórios quilombolas. Por outro lado, a burocratização nos processos retarda a Titulação das terras e dificulta o acesso das comunidades tradicionais a outras políticas públicas. Tais metodologias que dispõem deste documento comungam com os princípios da participação, à medida que os pesquisadores fizeram o levantamento dos dados referenciados nos relatos das pessoas que vivem nos territórios. A investigação da história e cultura locais, as entrevistas, a aplicação de questionários, a participação em atividades promovidas nas

comunidades, o convívio, o diálogo e troca de saberes com os atores do território são fundamentais para a pesquisa qualitativa. Para Alberti (2004), a história oral apresenta estreita relação com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. A pesquisa qualitativa interpreta e atribui significado aos fenômenos estudados, além de ajudar a identificar questões e entender porque elas são importantes (MORESI, 2003).

Através das metodologias utilizadas nos Relatórios Agroambientais das comunidades estudadas que compõem o RTID, é possível observar que a maioria se dedica às atividades de subsistência, onde os excessos não consumidos pelos familiares são comercializados nas feiras locais. Pode-se observar também que os produtores rurais possuem tradicionalmente medidas de conservação do solo. Contudo, devido, principalmente, à carência do serviço de assistência e extensão rural (ATER), podem ser observadas algumas práticas relacionadas à agricultura convencional.

Desta forma é importante a incorporação da pauta ambiental na ação de órgãos governamentais para as comunidades, o incentivo de práticas agroecológicas como o uso de sistemas agroflorestais, por exemplo, pode ser muito eficaz, considerando que a base de seu manejo já está incorporada a cultura produtiva das comunidades que visam à preservação ambiental. Os sistemas agroflorestais são uma alternativa de produção e obtenção de renda para os agricultores familiares. Esse sistema baseia-se na produção de plantas de diferentes espécies e vários estratos em uma mesma área. Desse modo, aumenta-se a biodiversidade, diminui-se o risco de perdas por pragas ou doenças e distribui melhor a renda ao longo do tempo. Torna-se necessário oferecer condições para que os agricultores possam assimilar estas tecnologias simples e de baixo custo, apropriadas para uso e conservação do solo, e que possam dar continuidade a sua produtividade agrícola. Para Caporal (2008), é necessário minimizar os impactos ambientais gerados pela agricultura convencional e sugerir estratégias para se alcançar um desenvolvimento socialmente mais apropriado e que preserve a biodiversidade e a diversidade sócio-cultural.

É fundamental destacar a importância das populações tradicionais na conservação da natureza (PEREIRA E DIEGUES, 2010). O conceito de desenvolvimento sustentável sugere o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a proteção da diversidade biológica, e pode-se inferir que as populações tradicionais – como os quilombolas - detêm a solução deste dilema, experimentada ao longo de gerações em convívio íntimo com o seu habitat, dentro de uma ética de conservação. A relação de interdependência existente entre o meio ambiente e as tradições culturais produtivas das comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores em geral) assegura a sustentabilidade ambiental. Porém, Santos e Loreto (2012) alertam que “mantém-se uma relação não equilibrada entre meio ambiente e desenvolvimento, porque as ações políticas sustentam-se pelas condições de

modernidade e não valorização das pessoas e meio ambiente”. Mais uma vez destaca-se a importância ao acesso às políticas públicas, dentre elas a ATER, para que se alcance não só a sustentabilidade ambiental, mas a sustentabilidade cultural.

O desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas não é uma ação finalística do INCRA. Contudo, quase como um jargão, vale o registro de que a promoção de políticas públicas deve buscar as alternativas de soluções (ações) que visem potencializar as características naturais, culturais e históricas das comunidades quilombolas, identificando as suas potencialidades socioeconômicas e viabilizando o protagonismo destes atores sociais. O consumo de produtos oriundos de comunidades tradicionais é uma tendência. Esse mercado deve ser explorado com cuidado para que as preferências do mercado não venham a diminuir a biodiversidade nessas comunidades, nem mesmo prejudicar as práticas tradicionais de produção.

A preocupação com a sustentabilidade ambiental e cultural foi demonstrada ao longo da elaboração dos relatórios agroambientais do estado do Rio de Janeiro. Seus modelos mais recentes (Marambaia e Santa Rita do Bracuí) foram elaborados em 2015 e são os mais completos do ponto de vista de observância à Instrução Normativa 57 e à Nota Técnica 006/2009. Preocuparam-se bastante com o levantamento biótico e investigaram os seguintes aspectos: (1) diagnóstico físico que considerou a localização, clima, geomorfologia e pedologia; (2) água, que descreve a política nacional dos recursos hídricos e seus aspectos qualitativos. Assim com a sanidade ambiental, no contexto dos resíduos sólidos e tratamento de esgoto. (3) diagnóstico biótico, que descreveu as características do bioma regional. (4) diagnóstico socioeconômico; (5) destinações de influência, que descrevem os territórios protegidos pela legislação ambiental; (6) ordenamento jurídico, descrevendo os aspectos da legislação ambiental nas instâncias federal, estadual e municipal e; (7) as práticas produtivas dos territórios quilombolas, que se refere aos aspectos agronômicos das comunidades.

Apesar da sua importância no processo de regularização fundiária, os RTIDs são dispendiosos demais para serem apenas documentos demandados pela burocracia. Este documento deve ser utilizado como ferramenta para promover melhoria na produtividade agrícola, na sustentabilidade ambiental e na qualidade de vida dos moradores dessas comunidades. Estas ações poderiam ser executadas através de parcerias com entidades como organizações não governamentais e universidades, com atividades voltadas para a educação ambiental e agroecologia, por exemplo. Sugere-se para isso, a utilização da lista de demandas relacionadas aos aspectos ambiental e agronômico localizada na conclusão de cada relatório agroambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos agroambientais realizados pelo INCRA nas comunidades fluminenses, a partir de 2015, apresentaram uma maior densidade nas informações, principalmente em relação aos aspectos ambientais. Considera-se urgente a regularização fundiária das comunidades quilombolas para que estas possam acessar políticas voltadas para este público, melhorando a qualidade de vida e a sustentabilidade de sua cultura. Os estudos agroambientais realizados pelo INCRA é parte primordial não só para se conseguir a titulação do território, mas para direcionar os aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, econômico, social e cultural.

É importante salientar que a agricultura nessas localidades é incipiente, no entanto, uma discussão que merece ser analisada à luz da multifuncionalidade da agricultura se refere aos aspectos de geração de renda. Posto que, os quilombolas vivem e produzem no território, mas não, necessariamente, têm suas rendas geradas da produção agropecuária, o que não os descaracterizam como agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 236p.
- BRASIL. Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- BRASIL. Decreto N°5.051, de 19 de Abril de 2004.
- BRASIL. Decreto n°6.040, de 7 de fevereiro de 2007.
- CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. cap. 29, p. 895-929.
- COE, H. G.; CARVALHO, C. N.; SOUZA, L. O. F.; SOARES, A. Peculiaridades ecológicas da região de Cabo Frio. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2007.
- DIAS, Ana Carolina Esteves; SEIXAS, Cristiana Simão. Conservação Ambiental em Paraty, RJ: Desafios para se Colocar a Ciência em Prática. **Biodiversidade Brasileira**, n.1, 2017. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/view/604/522>> Acesso em: 07/07/2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, Fundação Palmares certifica 29 comunidades quilombolas, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/fundacao-palmares-certifica-29-comunidades-quilombolas> Acesso em: 10/12/2017.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Regularização de território quilombola: perguntas e respostas. 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf> Acesso em: 20/07/2018.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Processos abertos por região. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>> Acesso em: 20/07/2018.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Instrução Normativa 57. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/2543>> Acesso em 20/07/2017.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Nota Técnica 006/2009.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Alto da Serra do Mar, 2010.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Botafogo, 2013.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cabral, 2009.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cruzeiroinho, 2012.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de Caveira, 2010.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Remanescente do quilombo de Santa Rita do Bracuí, 2015.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de Santana, 2007.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de São Benedito, 2010.

LIMA, V. C. S. **Desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha**: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS). 2016.104f. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Seropédica, Rio de Janeiro, 2016.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: EAD - Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/Admin/Downloads/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso em 07/07/2018.

PEREIRA, B. E. e DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº22, p. 37-50, julho/dez. 2010. Editora UFPR.

PCRMA – CB, **Plano De Conservação E Recuperação Da Mata Atlântica De Cabo Frio**, 2017. Disponível em <<http://aemerj.org.br/images/pdf/PMMA/PMMACaboFrio.pdf>> Acesso em 07/-7/2018.

PCRMA – SPA, **Plano De Conservação E Recuperação Da Mata Atlântica De São Pedro Da Aldeia**, 2017 Disponível em <<http://aemerj.org.br/images/pdf/PMMA/PMMASaoPedro.pdf>> Acesso em 07/-7/2018.

POCIDONIO, E. A. L.; SILVA, T. M. Turismo e interferências físico-ambientais no município de Angra dos Reis – RJ. 2011, Disponível em: <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo10/008.pdf> Acesso em 08/07/2018.

PMSB – RC, **Plano Municipal De Saneamento Básico De Rio Claro**, 2014 Disponível em <http://www.daaeriolclaro.sp.gov.br/arquivos/Decretos/capa_e_sumario.pdf> Acesso em 07/-7/2018.

RODRIGUES, B. L. R. **Primeiros olhares sobre as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos, 2010.** Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/arquivos%20gts%20%20recebidos%20em%20pdf/primeiros%20olhares%20sobre%20as%20pol%3%8dticas%20p%3%9ablicas%20para%20comunidades%20remanescentes%20de%20quilombos.pdf>> Acesso em 06/06/2017.

SANTOS, C. L.; LORETO, M. das D. S. Território e sustentabilidade: uma questão de responsabilidade?. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v.2, n.2., p.157-169, Dezembro, 2012. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/18977/artigo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 06/10/2017.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia De Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas, 2013.** Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>> Acesso em: 12/04/2018.

SOUZA, R. **Caracterização da biota do solo da Retinga da Marambaia, RJ, e estabelecimento de simbiose micorrízica em Schinus terebinthifolius Raddi.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, UFRRJ, Seropédica.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o —rural como espaço singular e ator coletivo. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, outubro, 2000:87-145.



INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus Macaé

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MODALIDADE PROFISSIONAL

LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES AGRÔNOMICAS DO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA MACHADINHA – QUISSAMÃ - RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO TÉCNICO

(Relatório a ser encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA /RJ)

EXECUÇÃO:

JANAÍNA DA SILVA RIBEIRO
ENGENHEIRA AGRÔNOMA

COLABORAÇÃO:

Orientador: Dr. Luís Felipe Umbelino

2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	20
2. MATERIAL E MÉTODO.....	21
2.1.BACIA HIDROGRÁFICA – RH IX.....	24
3. RESULTADOS	26
3.1. OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E SEUS MARCOS LEGAIS.....	26
3.2. A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MACHADINHA.....	28
3.3. ASPECTOS AMBIENTAIS.....	34
3.4. ASPECTOS AGRONÔMICOS.....	36
3.4.1. COMUNIDADE BACURAU.....	38
3.4.2.COMUNIDADE BOA VISTA.....	41
3.4.3 COMUNIDADE SÍTIO SANTA LUZIA.....	43
4. CONCLUSÃO.....	47
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto Federal N° 4.887 de 20 de novembro de 2003, a titulação definitiva de um Território Quilombola exige uma série de trâmites legais, iniciada com a autodefinição quilombola (certificada pela Fundação Cultural Palmares), seguida da elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Seguindo essas diretrizes, a comunidade Remanescente de Quilombo Machadinho foi certificada como quilombola em 2006, através da Fundação Cultural Palmares. Em seguida iniciou-se o processo de titulação junto ao INCRA. Para dar seguimento ao processo, foi solicitado o relatório antropológico para integrar o RTID da comunidade.

Diante do exposto, o presente relatório tem como objetivo caracterizar os aspectos agrônômicos da comunidade remanescente de quilombo Machadinho (Quissamã – RJ), a fim de que estas informações componham o seu Relatório Agroambiental.

A abordagem metodológica utilizada é qualitativa. No que se refere às técnicas de pesquisas utilizou-se a documentação indireta para o recolhimento de informações prévias sobre a comunidade, através de pesquisas documental e bibliográfica. Em relação à documentação direta foi realizada pesquisa de campo, classificada como exploratória, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a realização de conversas informais com os moradores. Salienta-se que há convergência com as metodologias utilizadas pelo INCRA para elaboração dos Relatórios Agroambientais das Comunidades Remanescentes de Quilombo - CRQ do estado do Rio de Janeiro.

Além desta parte introdutória, este relatório apresenta a metodologia utilizada para a sua construção e em seguida, foram descritos: (1) os aspectos históricos da comunidade remanescente de quilombo Machadinho; (2) as questões conceituais referentes aos territórios quilombolas e os marcos legais; (3) os aspectos ambientais e (4) os aspectos agrônômicos da comunidade em questão. O texto é encerrado com as considerações finais, onde são apontadas as perspectivas para a construção do Relatório Agroambiental.

A metodologia utilizada e descrita neste trabalho subsidia a elaboração deste documento em outras comunidades, podendo colaborar com o processo de titulação das comunidades em questão.

2. MATERIAL E MÉTODO

Este estudo é fruto da necessidade de construção do Relatório Antropológico, numa parceria entre o INCRA, o IFF, a UENF e a Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinho (figura 1), localizada em Quissamã – RJ (figura 2).

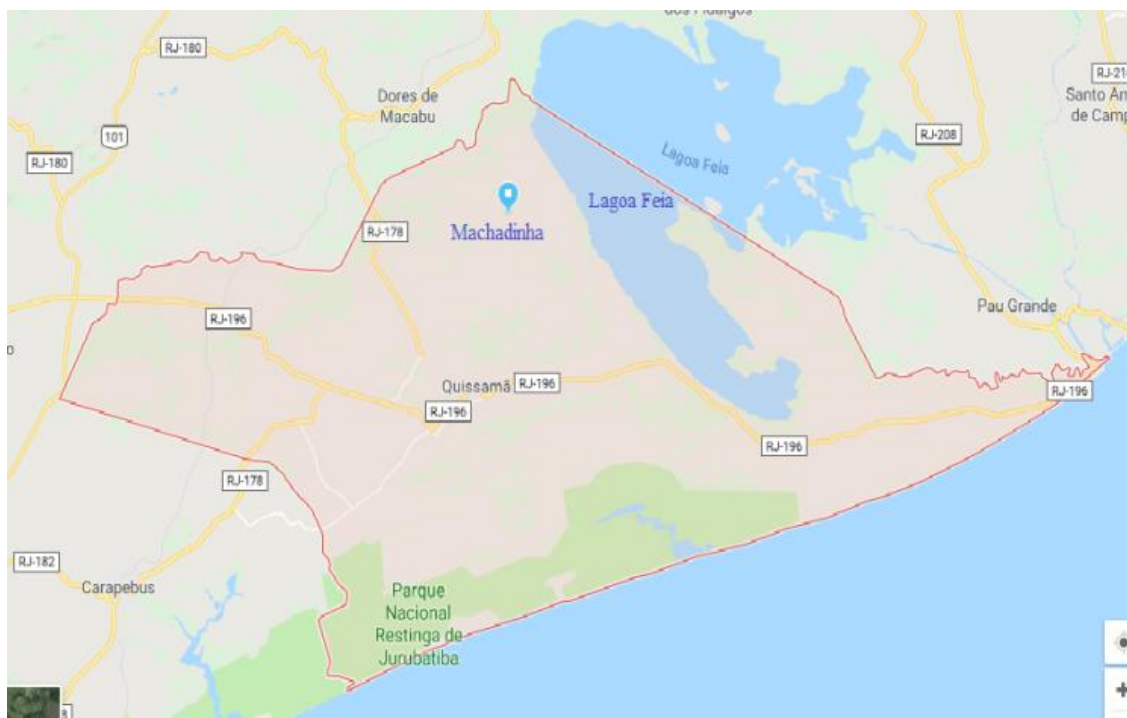


Figura 1: Localização Machadinho

Fonte: Google Maps (Acesso em 25/05/2018)

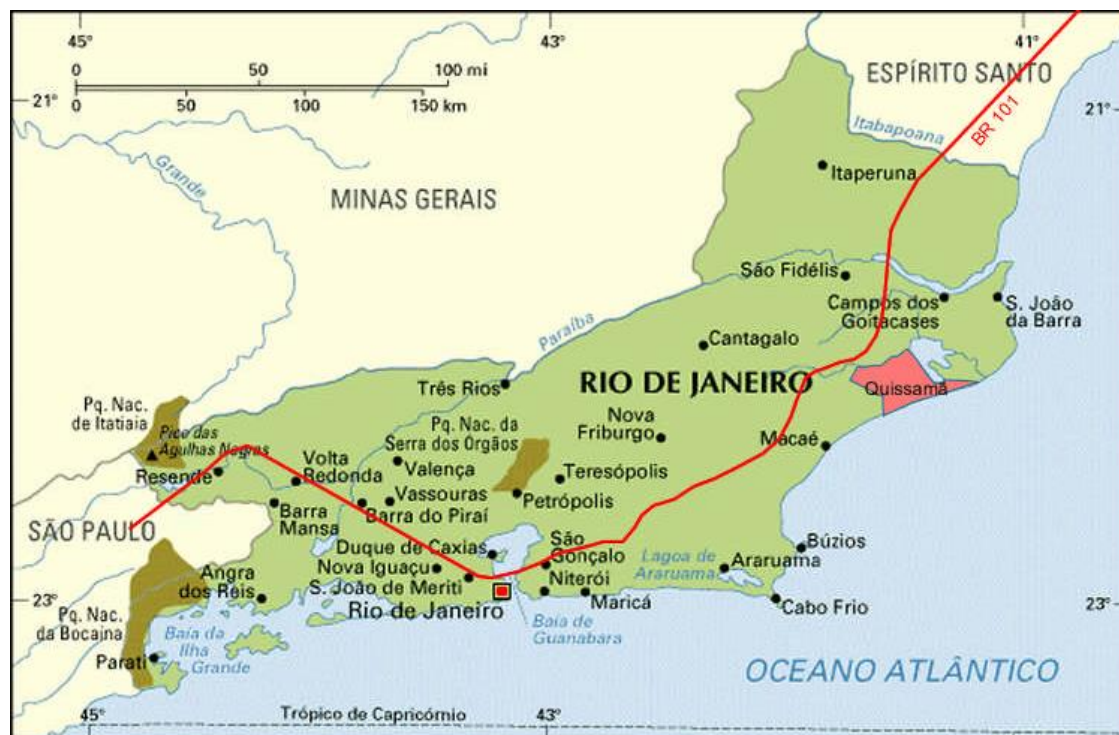


Figura 2: Localização do Município de Quissamã

Fonte: www.quissama.rj.gov.br (Acesso em 25/05/2018)

Está sendo elaborado o Termo de Cooperação entre a comunidade de Machadinho, o INCRA e uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas. A elaboração do relatório agroambiental, será feito pelo IFF, enquanto o restante do relatório antropológico, pela UENF. É importante salientar que todos os trabalhos estão sendo realizados em conjunto, acrescidos da participação de colaboradores de diversas outras instituições, principalmente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Vários encontros entre os integrantes da parceria foram feitos (figura 3), destacando-se a reunião entre a equipe e a comunidade para a apresentação da proposta de trabalho e posterior recolhimento de assinaturas dos representantes das comunidades para o Termo de Cooperação. Outra ação de importante valor foi a apresentação do Plano de Trabalho para a comunidade, com seus respectivos prazos.



Figura 3: Retrata reunião para elaboração do Plano de Trabalho.

Fonte: IFF

A abordagem metodológica utilizada é qualitativa. No que se refere às técnicas de pesquisas utilizou-se a documentação indireta para o recolhimento de informações prévias sobre a comunidade, através de pesquisas documental e bibliográfica. Os principais documentos utilizados foram os RTIDs e registros do INCRA, como a Instrução Normativa 57 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos) e a Nota Técnica 006 (roteiro para o

levantamento de informações agrônomoambientais para regularização de territórios remanescentes de comunidades de quilombos), em anexo. Já o levantamento da literatura se concentrou em publicação com temas relevantes para este estudo, principalmente, no que se refere aos itens constantes no Relatório Agroambiental. Também se utilizou os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Comitê de Bacias Hidrográficas. As plataformas Sucupira, Google Acadêmico e Scielo foram as principais fontes de pesquisa.

Em relação à documentação direta foi realizada pesquisa de campo, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre Machadinho e o modo de vida dos quilombolas. A pesquisa de campo pode ser classificada como exploratória.

Outros procedimentos adotados na pesquisa foram a aplicação de entrevistas semiestruturadas (figura 4) e a realização de conversas informais com os moradores, nos meses de julho e agosto de 2018. O ponto de partida para elaboração dos instrumentos de coleta de dados foram os RTIDs de outras comunidades remanescentes de quilombo. Posteriormente, foi sendo aperfeiçoado com a colaboração de integrantes da equipe e membros externos. As entrevistas foram feitas nas comunidades de Bacurau (15 pessoas entrevistadas) e Santa Luzia (10 pessoas entrevistadas). Embora a comunidade Machadinho seja dividida em cinco localidades – Machadinho (sede), Mutum, Bacurau, Sítio Santa Luzia e Boa Vista – as entrevistas foram feitas em Bacurau e Santa Luzia por serem as duas mais importantes do ponto de vista agrônomo e também ambiental. Um aspecto que merece ser ressaltado é que em vários lotes não há atividade agrícola (existindo apenas uma casa com um pequeno quintal), por isso, a baixa representatividade dos lotes investigados. Porém, informações complementares puderam ser obtidas oralmente com representantes das comunidades.



Figura 4: Entrevista na Comunidade de Bacurau
Fonte: Foto da Autora

Na primeira parte do instrumento de coletas de dados (apêndice) concentraram-se as perguntas referentes aos seguintes aspectos: (1) composição do núcleo familiar; (2) culturas, criações e áreas de preservação; (3) infraestrutura e equipamentos; (4) croqui da unidade de produção familiar; (5) visão do entorno; (6) quadro financeiro; (7) calendário de atividade e distribuição da mão de obra e; (8) potencialidades e restrições. A partir da questão (9) o questionário assumiu um caráter mais flexível, buscando coletar dados do *modus operandi* dos agricultores familiares, a partir dos olhares deles mesmos.

Salienta-se que antes das entrevistas, foi feita uma reunião de capacitação com a equipe de aplicadores, composta por: um advogado, duas engenheiras agrônomas, dois geógrafos e um técnico em meio ambiente. Nessa reunião foram tratados temas como: forma de abordagem, descrição do trabalho, orientações a respeito das perguntas e organização do trabalho, assim como uma breve descrição da área estudada.

Uma questão que merece destaque no percurso metodológico da pesquisa em questão é a convergência com as metodologias utilizadas pelo INCRA para elaboração do Relatório Agroambiental das comunidades remanescentes quilombos fluminenses. As metodologias utilizadas pelo INCRA nesses relatórios comungam com os princípios da participação, à medida que os pesquisadores fizeram o levantamento dos dados referenciados nos relatos das pessoas que vivem nos territórios. A investigação da história e cultura locais, as entrevistas, a aplicação dos questionários, a participação em atividades promovidas nas comunidades, o convívio, o diálogo e troca de saberes com os atores do território são fundamentais para a pesquisa qualitativa. Assim, a construção do arcabouço metodológico para a realização deste relatório precisa estar assentada na participação e na construção coletiva.

A observação para esse estudo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é não-participante, posto que a pesquisadora atuou apenas como espectadora da dinâmica local, sem, contudo, intervir na realidade investigada. No que concerne à análise dos dados foram utilizadas as entrevistas para dialogar com a literatura pertinente, seguindo um caráter holístico na interpretação das respostas.

2.1. Bacia Hidrográfica – Região Hidrográfica IX

De acordo com estudos realizados nos RTID's das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, verificou-se que a bacia hidrográfica é a atual unidade de análise utilizada pelo INCRA para elaboração do questionário agroambiental.

De acordo com Pires et al. (2002, p. 17) o conceito de Bacia Hidrográfica (BH) tem múltiplas utilizações, dentre as quais destacam-se: nos estudos hidrológicos; na conservação de

recursos naturais e como unidade de planejamento e gerenciamento ambiental. No que diz respeito aos estudos hidrológicos “envolve explicitamente o conjunto de terras drenadas por um corpo d’água principal e seus afluentes e representa a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutriente”.

Em relação à conservação de recursos naturais os aspectos envolvidos se referem a biofísica da BH, a utilização edáfica e suas implicações ambientais. No que confere ao planejamento e gerenciamento ambiental, os autores, apontam que conceito é utilizado para “solucionar conflitos entre os usuários e dimensionar a qualidade e a quantidade do recurso que cabe a cada um e as suas responsabilidades sobre a mesma estrutura biofísica da BH, bem como das mudanças nos padrões de uso da terra e suas implicações ambientais”. (PIRES et al., 2002, p. 18).

No sentido de gerenciar seus recursos hídricos, o estado do Rio de Janeiro criou nove Regiões Hidrográficas, regulamentada pela Resolução CERHI-RJ n° 107 de 22 de maio de 2013, tendo cada qual seu próprio Comitê. Nos últimos anos a Bacia Hidrográfica tem sido utilizada como unidade analítica da gestão de políticas públicas de âmbitos ambiental e territorial.

Em especial no Rio de Janeiro o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) em parceria com os Comitês e com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) tem promovido ações para mitigar os efeitos deletérios das ações antrópicas nos corpos hídricos. Essas iniciativas confluem com as preconizações estabelecidas Resolução CERHI-RJ N° 107/2013.

Em se tratando da comunidade de Machadinha, a mesma compõe a Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH IX) (figura 5). A RH IX é composta por vinte e dois municípios, com uma área, aproximada, de 11.300 Km² e população de 810.000 habitantes. O Comitê desta Região foi instituído pelo Decreto Estadual n° 41.720, de 03 de março de 2009 e, tem atribuições consultivas, deliberativas e normativas em nível regional. É composto por trinta membros titulares e seus suplentes (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, 2018). Quando se refere à divisão por macrorregião de bacias hidrográficas fluminenses, o território estudado faz parte da bacia hidrográfica da Lagoa Feia “que compreende uma superfície com cerca de 2.900 km², abrangendo parcialmente os municípios de Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu, Campos dos Goytacazes, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São João da Barra” (SEMADS, 2001). Ainda segundo esse estudo, subdividindo-se a Bacia da Lagoa Feia, é possível chegar à Bacia do Rio Macabu que abarca os municípios de Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus e Campos dos Goytacazes.

Apesar da bacia hidrográfica ser utilizada pelo INCRA como unidade de análise para o estudo de seus territórios, Machadinha não tem a conformação de seus divisores topográficos bem delimitados.



Figura 5: Ilustra a área de atuação do Comitê Baixo Paraíba do Sul.

Fonte: <http://cbhbaixoparaiba.org.br/downloads/relatorio-de-situacao-2016.pdf> (Acesso em 17 de julho de 2018).

3. RESULTADOS

3.1. Os territórios quilombolas e seus marcos legais

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos (Decreto 4.887/2003) “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. A caracterização dos remanescentes é atestada a partir da própria comunidade, o que trás à cena a importância da identidade coletiva no processo de reconhecimento legal. Para o INCRA (2017, p.7) a caracterização legal dos territórios quilombolas “abrange não só a assim chamada ocupação efetiva atual, mas também o universo das características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades”. A identidade quilombola assume duas vertentes: uma individual - depende da consciência de cada membro para se reconhecer como quilombola, e ao mesmo tempo uma coletiva que para ser aceito como membro daquela comunidade

precisa de sua anuência, de acordo com os critérios de pertencimento do grupo, estabelecidos coletivamente. (INCRA, 2017, p. 5). Assim, a titulação definitiva do Território Quilombola tem como primeira medida a autodefinição quilombola por parte dos atores envolvidos no processo de reconhecimento, quando deverá ser feito o cadastro geral junto à Fundação Palmares FCP, que expedirá a certidão de autorreconhecimento em seu nome.

A Lei N° 7.668, de 22 de agosto de 1988 autoriza o poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade “de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (ARTIGO 1°). O artigo 2° estabelece a área de atuação e as competências da FCP, dentre elas “realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação”.

. O artigo 3° do Decreto 4.887/2003 define o INCRA como órgão responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Então, a comunidade interessada deve encaminhar à Superintendência Regional do Incra do seu Estado a solicitação de abertura de processo, apresentando a Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Assim, o INCRA (em parceria ou não com outra entidade) irá elaborar um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. A etapa seguinte é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica no Diário Oficial da União a Portaria de reconhecimento, que define os limites do território quilombola. No caso de imóveis privados, que necessitem de desapropriação é preciso haver a publicação de um Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social. E por fim, o presidente do INCRA emitirá a titulação mediante a outorga de título coletivo.

Destaca-se que o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (atualmente, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário) serão assistidos pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Palmares, na regularização fundiária, a fim de que os aspectos culturais e identitários sejam preservados ao longo da tramitação do processo (BRASIL, 2003). Para o acompanhamento do processo de regularização, o artigo 6° do supracitado Decreto, assegura que tanto os remanescentes das comunidades tradicionais quanto seus representantes legais podem acompanhar o passo a passo do processo.

E no que se refere à medição e demarcação das terras, a territorialidade é um critério fundamental. De acordo com Rocha (2009, p. 244) a territorialidade quilombola está assentada num movimento contra hegemônico, onde são elaborados propostas de novos pactos sociais, baseados nas

demandas desses atores sociais. As territorialidades quilombolas precisam ser discutidas a luz da lógica globalizante da homogeneização cultural, no sentido de promover a manutenção da “identidade étnica como referência central à apropriação do espaço e à reprodução social” (ROCHA, 2009, p. 239).

Um aspecto fundamental para se pensar políticas afirmativas da identidade negra no Brasil e, que está diretamente relacionada ao reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, é a inclusão dos multiatores nos processos de tomada de decisão e a compreensão dos diversos interesses conflitantes sobre o patrimônio material e imaterial dos territórios quilombolas, ou seja, “questões de fundo envolvendo identidade cultural e política das minorias de poder no Brasil” (LEITE, 2000, p. 342).

3.2. A Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinha

De acordo com o levantamento histórico realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) as terras onde está localizado o município de Quissamã foram doadas por sesmarias por Martim de Sá como pagamentos prestados por capitães a Coroa de Portugal. A origem do nome Quissamã é africana e se refere a uma cidade próxima a Luanda (IBGE, 2018). Atualmente, tem 24.246 habitantes (IBGE, 2018) e os municípios circunvizinhos são Campos dos Goytacazes, Carapebus e Conceição de Macabu.

Em se tratando dos aspectos históricos, Quissamã foi colonizada por portugueses e ocupou cenário de destaque no desenvolvimento e apogeu do ciclo da cana de açúcar no norte do Rio de Janeiro. Destaca-se que o acervo histórico-cultural dessa região é rico dado a preservação de casarões e senzalas do período histórico supracitado. Como patrimônio cultural estão as ruínas da Casa Grande da Fazenda Machadinha, a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio, as antigas senzalas, onde hoje vivem os quilombolas (figura 6), o jongo (figura 7) e o fado.



Figura 6: Antiga Senzala da Fazenda Machadinha ao lado da imponente figueira
Fonte: Nunes (2017)



Figura 7: Grupo de Jongo Tambores de Machadinha
Fonte: Nunes (2017)

O espaço Casa de Artes faz parte do Complexo Cultural Fazenda Machadinha e é utilizado principalmente como espaço culinário, onde são servidos pratos tradicionais da região com influência africana (figuras 8 e 9).



Figura 8: Vista externa da Casa de Artes

Fonte: <https://www.portalviu.com.br/cidades/quissama-rj> (Acesso em 27 de maio de 2018).



Figura 9: Vista interna da Casa de Artes

Fonte: Foto da Autora

A comunidade Quilombola de Machadinha é o *locus* de investigação deste estudo. A mesma está situada em uma fazenda histórica, que remonta o período escravocrata brasileiro, onde, segundo O'Dwyer (2007), os ex-escravos continuaram a morar e a reproduzir seus modos particulares de vida após a escravidão. A propriedade em questão foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio

Cultural (INEPAC), em 1979. De acordo com os estudos de Zanetti (2015, p. 41) a comunidade de Machadinha está situada “a 10 km da sede do município de Quissamã, é composta por dois agrupamentos residenciais de famílias negras, estreitamente aparentadas entre si, que descendem diretamente dos escravos do Engenho Central de Quissamã”.

De acordo com Machado (2006), as terras da Fazenda Machadinha foram adquiridas em meados do século XVIII por João Carneiro da Silva. Após sua morte, seu filho, Manoel Carneiro da Silva tornou-se proprietário das terras e construiu um pequeno engenho de açúcar. Posteriormente, a fazenda passou a ser dirigida pelo seu filho, João Carneiro. No sentido de aprofundar a história desta comunidade Machado (2006, p. 22) relata:

Em 1798, foi inaugurado um novo engenho, demolido e reconstruído em 1803. Em 1808, João Carneiro construiu a primeira casa de moradia da Fazenda Machadinha, e em 1833, foi construída a capela. Devido à morte de João Carneiro em 1851, a fazenda foi herdada pelo seu sobrinho, Manoel Carneiro da Silva, filho do Visconde de Araruama, que tornar-se-ia Visconde de Ururá. Em 1854, Visconde de Ururá casou-se com a filha de Duque de Caxias, Ana do Loreto Viana de Lima e Silva. Em 1863, o Visconde de Ururá mandou construir a Casa Grande ou solar, sendo inaugurado somente em 1867.

Passado o “ciclo do açúcar”, um aspecto que precisa ser destacado em relação aos investimentos municipais na valorização da cultura e da identidade da comunidade Machadinha se refere ao “ciclo do petróleo” em Quissamã. Segundo Neves (2016, p. 50) os royalties do petróleo foram fundamentais na emancipação municipal, sobretudo com a aprovação da Lei de Petróleo de 1997, que favorecia os municípios confrontantes à bacia petrolífera. No entanto, com o declínio da arrecadação dos royalties, a revitalização das senzalas; a criação do Memorial sobre a origem dos negros de Quissamã e; a Casa de Artes foram estratégias utilizadas para fomentar o turismo na região, a fim de suprir as demandas deixadas pela atividade petroleira em declínio.

Seguindo as diretrizes do Decreto Federal N° 4.887 de 20 de novembro de 2003, a comunidade de Machadinha foi certificada como quilombola em 2006, através da Fundação Cultural Palmares, que está vinculada ao Ministério da Cultura e posteriormente, a comunidade deu entrada ao processo de titulação junto ao INCRA. Em 2007 foi elaborado o relatório antropológico constando de maneira efetiva apenas a área da Sede (Fazenda Machadinha) (figura 10). Porém, pela certificação emitida da FCP a “formação da CRQ deveria partir da junção do núcleo da Fazenda Machadinha, que atualmente possui uma população de aproximadamente 370 pessoas, com quatro localidades vizinhas: Mutum, Bacurau e sítios Boa Vista e Santa Luzia” (POUBEL, 2016). Sendo assim, um novo relatório antropológico deverá ser confeccionado. Salienta-se que ainda não foi elaborado um mapa com a delimitação da área incluindo a Sede e essas quatro comunidades, tal

mapa é um dos produtos do relatório antropológico. Porém, para ilustrar, encontra-se abaixo a figura do posicionamento dessas comunidades (figura 11).

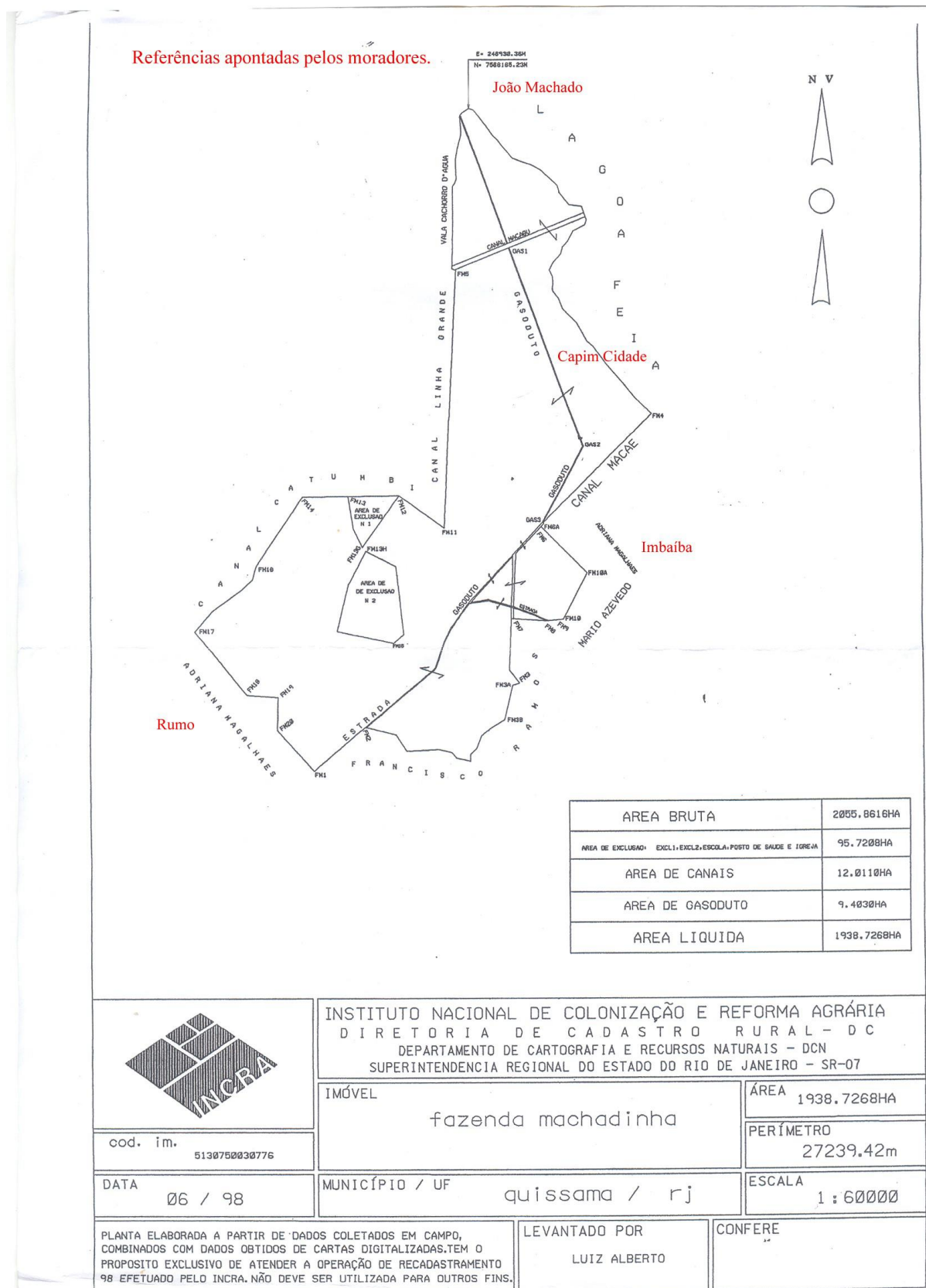


Figura 10: Planta da Fazenda Machadinha contida no Relatório Antropológico de 2007. Fonte: O'Dwyer, 2007.

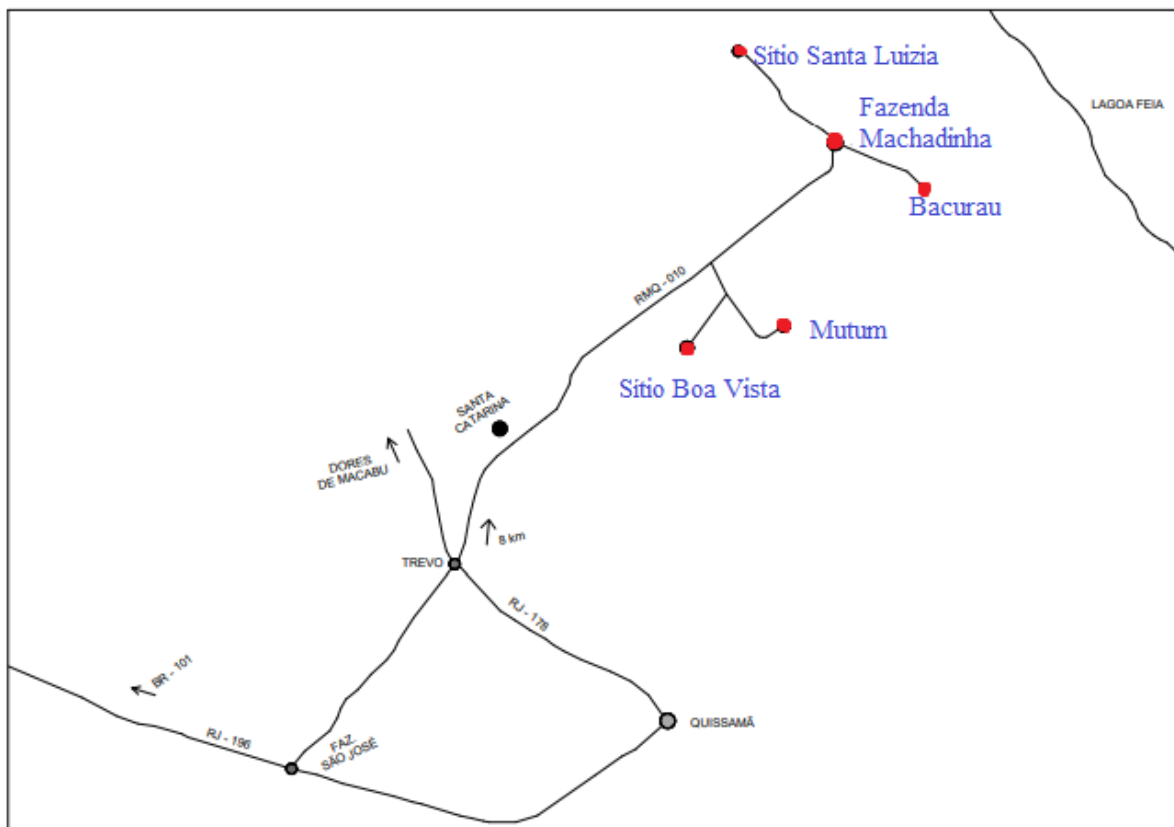


Figura 11: Croqui do acesso à Fazenda Machadinha, constando as cinco comunidades complexo.

Fonte: Poubel, 2016 (modificado pela autora)

3.3. Aspectos Ambientais

O município de Quissamã está localizado na mesorregião norte do estado do Rio de Janeiro, distando 234 quilômetros da capital fluminense e as coordenadas geográficas são 22° 05' de latitude sul e a 41° 28' 30'' de longitude oeste (IBGE, 2017). Esse município apresenta uma área territorial de 712,867 Km² (IBGE, 2017). Ainda de acordo com o IBGE a população estimada em 2016, foi de 23.125 habitantes, sendo registrado no último Censo Demográfico, realizado em 2010, uma população composta de 20.242 pessoas e uma densidade demográfica de 28,4 hab./Km². Em relação aos fatores econômicos apresentou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,704, nos levantamentos realizados no ano de 2010 (IBGE, 2017).

No que se refere aos aspectos geomorfológicos, o município de Quissamã apresenta terras baixas, com altitude de até oitenta e três metros em relação ao nível do mar. O clima é classificado como tropical, caracterizado por uma estação seca no inverno e chuvas regulares no verão, com temperatura média mensal superior a 18°C (IBGE, 2013; ZANETTI, 2015, p. 39).

No que se refere à pedologia, as suas bases científicas foram lançadas a partir dos estudos de Dokuchaiev, em 1880. Na oportunidade o autor em questão reconheceu que o solo não era apenas um amontoado de materiais não consolidados, mas que apresentava aspectos genéticos, climáticos, topográficos e orgânicos em sua constituição (Moniz apud IBGE, 2007). A definição de Dokuchaiev conflui com as características propostas por Primavesi (2008) no que se refere a um solo vivo. Segundo a autora o solo é um organismo vivo que “pressupõe a presença de variadas formas de organismos interagindo entre si e com os componentes minerais e orgânicos do solo” (Primavesi, 2008, p. 9). Com relação à pedologia, as Planícies Costeiras e de Restinga de Quissamã são formadas por Espodosolos, a “área de cordões constituídos por sedimentos quaternários arenosos, com predominância de Espodosolos e Neossolos Quartzarênicos hidromórficos em relevo plano” (EMBRAPA, 2005). O Espodosolos, em geral, têm reduzida fertilidade, muito arenosos, utilizados com pastagens, além de alguns plantios de coco, entretanto, nas áreas de restinga, devem ser destinadas a Área de Preservação Permanente (EMBRAPA, 2013). Com relação as neossolos quartzarênicos, apresentam limitações ao uso agrícola, pois tem baixa capacidade de retenção de água e alto potencial de lixiviação de nutrientes, quando as lavouras são adubadas (EMBRAPA, 2013).

A partir da percepção dos agricultores sobre a qualidade do solo, os estudos realizados por Zanetti (2015, p. 46) (tabela 1) indicaram aspectos característicos como morfologia, estrutura física e química e relação biótica.

Tabela 1 - Indicadores através dos quais os agricultores entrevistados percebem a qualidade do solo, com algumas de suas declarações.

Indicadores	Algumas declarações dos agricultores
Morfológicos	
Cor do solo	<i>"Terra Amarela ruim"; "terra branca não presta pra nada"; "Terra branca é a mais fraquinha"; "Terra forte é a escura"; "Aréola tem mais vida é terra mais preta";</i>
Desenvolvimento das plantas	<i>"Terra boa é a com planta em cima"; "quanto melhor a terra melhor o fruto que a gente colhe "; "terra ruim não produz nada de plantas"; "terra com salitre planta não sai"; "terra boa terra com planta verde"; "Terra melhor é a que a gente colhe o fruto";</i>
Relevo	<i>'nas baixadas terra preta forte'; "Terra branca ruim mais no alto"</i>
Profundidade	<i>"terra perto das estradas mais profunda";</i>

Cobertura do solo	<i>"pasto queimado com salitre a planta morre";</i>
Erosão	<i>"lugar com planta verde segura a terra";</i>
Físicos	
Textura	<i>"Terra escura mais pesada mais forte"; "terra fraca é areia branca" ; "terra boa água fica pra planta pegar";</i>
Densidade	<i>"Terra solta e fina é melhor"; "terra dura não cresce nada"</i>
Capacidade de retenção d'água	<i>"Terra seca é a terra ruim pra nós"; "terra que tem muita areia a água escapa pra baixo rapidinho já a terra que escura água não some tão rápido";</i>
Químicos	
Nutrientes (N, P, K)	<i>"Terra com aréola ou barro é melhor é fértil"; "terra clara com salitre ruim nada cresce"; "terra com salitre planta não sai"; "brejo é terra fresca adubada" ; "barro é melhor terra pra plantar" ; "terra batanga terra ruim terra de lama"; "terra boa é aréola";</i>
Matéria Orgânica	<i>"terra que tem mato junto com a planta é boa é refresca"; "lugar de turfa não da nada";</i>
Biológicos	
Organismos	<i>"terra de areia branca pouca minhoca pouca vida";</i>

Fonte: Zanetti (2015).

A vegetação nativa está inserida no bioma Mata Atlântica. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente - MMA (2010), aproximadamente 123 milhões de pessoas vivem neste bioma e a qualidade de vida desses quase 67% da população brasileira depende da preservação dos remanescentes. As florestas e os ecossistemas associados, além de manterem nascentes e fontes, regulando o fluxo dos mananciais de água, ajudam a regular o clima, a temperatura do solo e protegem escarpas e encostas de morros, representam fontes de alimento, remédio são também reserva de beleza (MMA, 2010).

No que se refere às áreas de influência e aos corredores ecológicos, o município de Quissamã, abriga o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba “localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro em uma área de restinga entre as coordenadas geográficas 22°00’ e 22°23’S e 41°15’ e 41°45’O, possui uma área de 149,22 km² e sua zona de amortecimento terrestre é de 386,60 km², onde predomina o clima Tropical chuvoso” (FOLHARINI e FURTADO, 2014, p. 2961). O referido Parque se estende para os municípios de Macaé e Carapebus.

Segundo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (*ICMBio*) o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba possui 44 Km de litoral, que abriga 18 lagoas. No que se refere à fauna e a flora serve de abrigo para diversas espécies ameaçadas de extinção e, ainda, é habitat de novas espécies. “A área onde hoje se situa o Parque era habitada pelos índios Goytacazes, povo que tinha tradição guerreira e resguarda também a porção bem conservada do Canal Campos – Macaé.” (ICMBIO, 2018). Embora o Parque seja uma Unidade de Conservação tem sofrido com os impactos negativos decorrentes das atividades petrolíferas e da indústria sucroalcooleira (PINTO, 2008).

3.4. Aspectos Agronômicos

Em 1632 foi dado início à exploração na região de Campos dos Goitacazes, quando os Setes Capitães objetivaram implantar a produção pecuária para abastecer de carne os engenhos do Rio de Janeiro (O’Dwyer, 2007). Por volta de 1750, a cultura da cana-de-açúcar é introduzida na região de Campos dos Goitacazes quando a pecuária foi cedendo lugar à monocultura açucareira e junto à Sede da Fazenda Machadinha foi erguido o primeiro engenho de açúcar de Quissamã, em 1798 (QUISSAMÃ, 2006). Para melhorar o escoamento da produção de açúcar foi construído através da mão de obra escrava o Canal Campos-Macaé (figura 12), inaugurado em 1861. Porém, o segundo maior canal do mundo (até os dias atuais) entra em desuso três anos após a sua inauguração, visto que o transporte começava ser feito pela Estrada de Ferro Campos-Macaé (QUISSAMÃ, 2006). De 1877, quando foi inaugurado o primeiro engenho central, até aproximadamente o final da década de 1920, Quissamã viveu a “fase áurea da cana-de-açúcar”, seguida de uma fase de estagnação, interrompida somente com o PROALCOOL, em 1975 com a geração de incentivos fiscais e financeiros (MELO, 2006). Na segunda metade da década de 1980, com a perda de vitalidade do PROALCOOL, inicia-se a tentativa de diversificação da produção, inicialmente com o coco, seguido do abacaxi e do caju (MELO, 2006).



Figura 12: Canal Campos-Macaé

Fonte: Cleber da Silva Melo

Atualmente, de acordo com os resultados preliminares do censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2018), em Quissamã, a atividade agropecuária ocupa uma área de 22.811,588 hectares, totalizando 304 estabelecimentos, sendo a grande maioria (295), produtor individual. Ainda de acordo com esses resultados preliminares obtidos pelo IBGE, desses 304 estabelecimentos, 177 não recebem assistência técnica, 182 não utiliza adubação química nem orgânica, 244 não utiliza agrotóxico e 267 não obteve financiamentos ou empréstimos. Os principais produtos agrícolas são cana-de-açúcar, coco, mandioca e milho. Com relação à produção animal, a criação de gado, aves e suínos são as principais. Destaca-se que a maioria do pessoal ocupado nessas atividades tem laço familiar com o produtor, 160 estabelecimentos têm matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e 114 utilizam o sistema convencional de preparo do solo.

No que se refere à caracterização agrônômica da localidade de Machadinha, o texto será dividido em três partes, retratando os aspectos do território de Bacurau, de Boa Vista e de Santa Luzia.

3.4.1. Comunidade Bacurau

Os dados coletados são referentes a 38,46% dos lotes da comunidade Bacurau. Os lotes que participaram da pesquisa são ocupados por cinquenta e três pessoas, sendo vinte e uma pessoas do sexo masculino, com idade variando entre 24 e 92 anos; dezenove mulheres, com idade variando entre 22 e 86 anos; quatro crianças e nove adolescentes. A escolaridade dos entrevistados varia de pessoas analfabetas ao ensino médio e técnico.

A área total de cada lote visitado varia entre 400 m² a 10 ha. A maioria dessa população adulta é assalariada, trabalhando em diversas funções como: gari, agricultor, doméstica, trabalhador rural, cozinheira, pescador ou é aposentado. Outra parte está desempregada e a maioria das mulheres considera-se do lar.

Com relação ao aspecto da produção vegetal verificou-se que a principal cultura é a mandioca (plantada em 5 lotes), seguido da hortaliças e banana (2 lotes) (figura 13), abóbora e chuchu.



Figura 13: Horta na comunidade Bacurau

Fonte: foto da autora

No que concerne às culturas perenes, as principais estão relacionadas a frutíferas como: coco, laranja, manga, mamão, limão e tangerina, além do urucum. Pequenas criações de galinha (entre 5 e 60 cabeças) foram encontradas na metade dos lotes visitados. Em um lote foram encontrados porcos, carneiro, galinhas e patos. Três moradores criam gado, sendo um deles em área arrendada. Desta produção são vendidos: a mandioca, o coco, o gado, os ovos e a galinha, o restante é utilizado para o consumo próprio, doação ou troca com vizinhos e amigos.

Os manejos relacionados à criação de gado são feitos pelos homens, mas há uma divisão com as mulheres para os tratamentos culturais com a roça de mandioca. Nas tarefas relacionadas à horta, as mulheres as executam sozinhas, assim como fazem o serviço doméstico e outras atividades como fabricação de cocada e colorau (figura 14). Não há necessidade de contratação de mão de obra, sendo a familiar suficiente.



Figura 14: Fabricação de Colorau

Fonte: foto da autora

Quando perguntados sobre o manejo realizado na roça, os agricultores relataram que a adubação, quando realizada, é feita através de esterco animal, principalmente de gado ou galinha. Apenas um quilombola utiliza o NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) para adubar laranja. A maioria dos entrevistados aprendeu a trabalhar na lavoura com os pais, porém nenhum citou algum conhecimento tradicional específico.

Em relação a origem da semente e das mudas a maioria utiliza maniva (parte do caule da mandioca utilizado para o plantio, podendo também ser chamada de “muda” de mandioca) própria ou obtém através da troca ou doação com vizinhos, familiares e amigos. Além disso, a compra pode ocorrer em caminhões ou em lojas de produtos agropecuários. De acordo com os entrevistados, a assistência técnica, quando feita, é realizada pelo ITERJ ou por pesquisadores do IFF, UFF e UENF.

A infraestrutura das propriedades é simples, com poucas benfeitorias. Sendo compostas basicamente pelas casas (a maioria em bom estado de conservação), galinheiros, dois currais e uma casa de ferramentas. Em relação ao maquinário utilizado no manejo das lavouras, a pesquisa revelou que dois agricultores utilizam o trator da prefeitura. Já no que se refere à fonte de água, foi observado que todas as propriedades possuem poços, mas há controvérsias sobre a qualidade da água. Para alguns entrevistados é abundante e de boa qualidade. E para outros é barrenta e ferruginosa havendo a necessidade de utilização de caminhão pipa para o abastecimento. Somente um entrevistado informa ter água encanada, mas afirma que a distribuição é irregular. Para beber, a maioria compra água mineral, filtram ou cloram a água oriunda dos poços ou do caminhão pipa.

Os poços são a fonte da água utilizada para molhar as plantas. Os moradores regam as lavouras com auxílio de mangueiras. Somente um entrevistado tem um sistema de irrigação por microaspersão. A pesquisa revelou, ainda, que há agricultores que não realizam irrigação nem molhamento de maneira nenhuma, comprometendo o desenvolvimento das culturas. “O conteúdo celular de água é superior a 90% na maioria dos tecidos vegetais de plantas herbáceas, chegando a mais de 95% em folhas de alface, em meristemas e em frutos” (PIMENTA, 2004, p.48), assim a oferta de água abaixo de um valor crítico pode levar a morte do tecido vegetal.

Em relação às mudanças sofridas pela comunidade nos últimos anos, um entrevistado relatou que uma mudança negativa foi o encerramento das atividades da farinheira e do horto, justificado pelo proprietário: “o horto foi atacado por pragas e o eu não queria usar veneno.” Já uma mudança positiva foi a participação da comunidade no projeto da Shell, que promove cursos e atividades de resgate da cultura local.

Como parte da condicionante do licenciamento ambiental para as atividades da Shell na região da Bacia de Campos, a companhia escolheu trabalhar com as comunidades quilombolas presentes na área de influência de suas operações. A empresa identificou que essas comunidades tradicionais são vulneráveis aos impactos da indústria do petróleo instalada na região, como: migração interna, ocupação desordenada do solo urbano e grande fluxo de pessoas em busca de empregos e renda (SHELL, 2017) .

Quando interpelados sobre o relevo da comunidade, alguns informaram que em decorrência da facilidade de alagamento das áreas, há uma dificuldade no cultivo, embora, de maneira geral, a área seja boa. Em relação aos fatores edáficos os agricultores afirmaram que o solo “é bom pra plantar.”

O problema mais citado pelos entrevistados foi: a carência de transporte público para o Centro de Quissamã ou outras localidades, afirmam que há pouco horário de ônibus. Outras reclamações se referem ao alto índice de desemprego, iluminação pública precária, falta de assistência técnica, assim como a falta de uma área comunitária como praça e parquinho para as crianças. Por outro lado, a maioria dos entrevistados informou que gosta de viver na localidade, pois o lugar é bom para plantar, a vizinhança é boa e tem acesso à escola com transporte escolar.

Quando perguntados sobre os danos causados pelo manejo inadequado da natureza, um quilombola relatou que não identifica problemas, mas também foram citadas respostas como: “o desmatamento afasta os pássaros” e “precisamos de todas as plantas, mesmo sem saber para o que servem, se a natureza criou, precisamos cuidar”. A respeito de plantas e animais que existiam em abundância na região e hoje pouco se vê, foi informado que “desapareceram alguns peixes, preás e cajueiros: consequência do desmatamento”. Outro quilombola diz: “tinha muita mata e tinha muito sanhaçu, mas de seis anos pra cá, com o desmatamento, não se vê mais sanhaçu.” Também foi citado que havia muita bananeira, mas que hoje em dia diminuiu muito.

Quando perguntados sobre quais aspectos ambientais e/ou produtivos poderiam melhorar na comunidade, foram relacionados os seguintes:

- Criação de áreas de lazer principalmente para as crianças – como parquinho e praça;
- Aumentar a disponibilidade transporte público;
- Aumentar a área para o cultivo e o incentivo para produção, melhorando a produtividade e o solo - principalmente com relação à adubação e à drenagem;
- Criação de programas de vacinação de gado;
- Melhorar atendimento no posto de saúde e distribuição de remédios pelo mesmo;
- Fazer manutenção das fossas sépticas e
- Criar um programa de conservação das nascentes.

3.4.2. Comunidade Boa Vista

A comunidade Boa Vista possui quarenta e dois lotes. Onde são produzidos: leite, mandioca para fabrica de farinha, ovos (figura 15), banana, batata e feijão.



Figura 15: Produção de ovos da Comunidade Boa Vista

Fonte: Aldo dos Santos Paula

O quilombola Aldo afirma: “produzo leite, batata doce, banana e abóbora para fabricar doces caseiro (figura 16). Também produzo quiabo e maxixe para vender. Minha irmã vende de casa em casa. Não tenho muita terra, trabalho em terras de irmão. Meu avô materno foi dono de terras no capão grande, em santa luzia. Hoje só restou a terra em Boa Vista” Ainda de acordo com o produtor em questão: “hoje a maioria tem um membro da família concursado no município, mas não fugimos das nossas origens”.



Figura 16: Produção de doce de leite

Fonte: Aldo dos Santos Paula

3.4.3 Comunidade Sítio Santa Luzia

A pesquisa foi realizada em 18,6% dos lotes da comunidade Santa Luzia (figura 17). Essa parcela é composta por quinze pessoas do sexo masculino, com idades variando entre 19 e 66 anos; doze pessoas do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 80 anos; seis crianças e três adolescentes.



Figura 17: Área comunitária da Comunidade Sítio Santa Luzia

Fonte: foto da autora

Todos os entrevistados com origem na própria região. Aposentados e pensionistas também são categorias presentes na comunidade. Outra parte está desempregada e a maioria das mulheres considera-se do lar, mas participam, principalmente, da colheita, do plantio e cuidam das criações. A área total de cada lote visitado varia entre 600 m² a 4.000 m². A maioria dessa população adulta é assalariada, trabalhando em diversas funções como: gari, serviços gerais, trabalhador rural, merendeira, domador de cavalo e guardião de piscina. Apenas um produtor tem a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (figura 18).



Figura 18: Único lote da Comunidade de Santa Luzia que possui DAP.

Fonte: Francisco Rodrigues Lúcio

O grau de escolaridade dos entrevistados varia do 3º ano do ensino fundamental ao ensino médio completo.

Com relação ao aspecto da produção vegetal verificou-se que a principal cultura é a mandioca (plantado em 7 lotes), seguido das hortaliças (3 lotes), do maracujá, abóbora, banana e batata doce. No que concerne às culturas perenes, as principais estão relacionadas a frutíferas como laranja, abacate, coco, limão, mamão, manga, acerola, goiaba e seriguela. Pequenas criações de galinha (entre 8 e 60 cabeças) foram encontradas na metade dos lotes visitados; porcos e cavalos foram encontrados em apenas um lote. Um dos moradores cria 10 cabeças de gado, mas em área arrendada. Desta produção, apenas a mandioca e o coco são vendidos, já o restante das culturas é utilizado para o consumo próprio, doação ou troca com vizinhos e amigos.

A área para o plantio da mandioca é preparada em março, o plantio em abril e a colheita é realizada entre os meses de novembro e dezembro. Os tratos culturais são executados, principalmente, pelos homens e com ele também fica o pouco de renda gerada. Não há necessidade de contratação de mão de obra, sendo a familiar suficiente para atender as demandas dos cultivos.

A adubação é feita através de esterco animal, principalmente de gado. 90% dos entrevistados aprenderam a trabalhar na lavoura com os pais ou os sogros, que os ensinaram manejos como: capina, plantio, época de plantio, e a utilização de calda de fumo de rolo e utilização de água

com sabão para combater pragas. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2006) as caldas a base de fumo de rolo e sabão são inseticidas e repelentes naturais.

Em relação à aquisição de mudas e manivas, ocorre a partir da troca ou doação com vizinhos, familiares e amigos, mas, algumas vezes, adquirem sementes e mudas na loja de ração no Centro de Quissamã. Apenas um entrevistado afirmou ser contemplado pela assistência técnica, feita pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

A infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários é simples, composta basicamente pelas casas (a maioria em bom estado de conservação), galinheiros, um curral, uma casa de ferramentas e um trator. A água utilizada nas propriedades é oriunda de poço, inclusive para o molhamento das plantas e dessedentação animal. Os entrevistados revelaram que o molhamento é realizado manualmente com auxílio de mangueira e bomba.

No entanto, “o estresse hídrico provocado pela má regulação do sistema de irrigação pode trazer sérios impactos negativos ao desenvolvimento do vegetal e ao meio ambiente em geral” (LIMA, 2012, p. 3). Dentre eles, Montovani *et al.* (2009), destaca: salinização do solo, principalmente em regiões áridas; contaminação das águas superficiais e subterrâneas; conflito com outros setores devido ao alto consumo de água e; problemas de saúde pública, relacionados a disseminação de agentes patogênicos.

A água utilizada para beber e cozinhar é comprada na apresentação de galões de 20 litros de água mineral, porém, algumas pessoas afirmam que a água do poço é “boa para beber” e, assim, o fazem sem nenhum tipo de tratamento. Quando perguntados sobre a realização da análise da água, afirmam não terem realizado, mas alegam que pela aparência poderia ser consumida. Em período de chuva informaram que a água do poço fica barrenta e no período de estiagem o poço seca, sendo necessário aprofundá-lo ou esperar o caminhão pipa.

Destaca-se que o principal mecanismo de veiculação de microrganismos nocivos a saúde é o consumo de água contaminada.

Um segundo mecanismo refere-se à quantidade insuficiente de água, gerando hábitos higiênicos insatisfatórios e daí doenças relacionadas à inadequada higiene – dos utensílios de cozinha, do corpo, do ambiente domiciliar. Outro mecanismo compreende a situação da água no ambiente físico, proporcionando condições propícias à vida e à reprodução de vetores ou reservatórios de doenças (BRASIL, 2006, p. 23)

Quando questionados sobre as principais mudanças vivenciadas nos últimos anos na unidade produtiva ou na comunidade, os quilombolas citaram a redução do lixo espalhado nos arredores e o crescimento da população na localidade.

Com relação ao relevo, a maioria considera a área de baixada como uma área boa para plantar, porém destacam que o terreno alaga quando chove muito.

Solos sujeitos a encharcamento

Quando drenados e/ou cultivados, estão sujeitos a mudanças significativas em seus atributos, especialmente os sulfatados e os mais ricos em matéria orgânica. O uso intensivo e inadequado (com drenagem excessiva, por exemplo) ocasiona alterações quantitativas e qualitativas expressivas na sua matéria orgânica, decorrentes do processo de oxidação, com efeito significativo nas propriedades físicas, químicas e morfológicas, além da produtividade agrícola. Embora não se disponha de dados oficiais (FLORES, et al., 2002, p 101)

Dentre os problemas mais citados pelos entrevistados, estão: a carência de transporte público para o Centro de Quissamã e outras localidades – pouco horário de ônibus e alto preço da passagem (R\$4,00), a demora no atendimento pelo caminhão limpa-fossa e a falta de saneamento básico de uma maneira geral.

Outras reclamações se referem à precariedade da energia elétrica e da iluminação pública, assim como, a “falta de parquinho para as crianças e de um mercadinho próximo.” Por outro lado, a maioria dos entrevistados informou que gosta de viver na localidade, principalmente porque a família vive ali perto, tem casa própria e lugar para plantar. Por outro lado, a escola, o transporte escolar e o atendimento de saúde foram elencados com pontos positivos na localidade.

Quando perguntados sobre os danos causados pelo manejo inadequado do meio ambiente foram relatadas questões como a queima de lixo e outras situações que têm como pano de fundo a promoção de efeitos deletérios, conforme ilustram os seguintes fragmentos dos entrevistados: “o desmatamento causa escassez de chuva”, “o uso errado da natureza danifica o solo e piora a qualidade dos alimentos”, “não uso nenhum tipo de veneno porque sei que faz mal”, “se não cuidar da natureza as plantas morrem, além disso, a água contaminada pode causar doença.” A respeito de plantas e animais que existiam em abundância na região e hoje pouco se vê, foram citados o girassol e alguns pássaros: o “desaparecimento de pássaros, como rolinhas e coleirinho, é por causa contaminação de sementes, que é o alimento dos pássaros, por agrotóxico”.

Segundo os entrevistados, os aspectos ambientais e/ou produtivos que poderiam melhorar na comunidade, são: o aumento de área verde, a disponibilidade de mais espaços de lazer, principalmente para as crianças – como parquinho e quadra de esporte, melhorias no transporte público (diminuição no preço da passagem e maior disponibilidade de horários) e o Programa de Saúde da família (extinto há 2 anos), além de aumentar o incentivo para produção.

Um fato que merece destaque na comunidade foi a história do Sr. Francisco Rodrigues Lúcio, que informou ser o único produtor que tem DAP na Comunidade de Santa Luzia. Em seu lote tem porcos, galinhas, horta e diversas variedades de frutíferas e afirma: “planto para alguns moradores e

eu comeremos coisas saudáveis”. O agricultor em questão informou que teve um grupo de uma faculdade que estava com um projeto modelo de energia solar ou eólica, do qual o lote seria a base, porém, o projeto parou. O produtor continua: “Faço tudo por gosto, com a ajuda da minha esposa Sirlei. Mas tudo aqui é muito caro, a energia elétrica é um absurdo, tenho que bater bomba manualmente para molhar as plantas da metade do terreno, a outra metade preciso carregar água com o balde”. Tudo isso é muito comum frente à força de vontade e coragem do homem do campo, se não fosse a seguinte citação feita pelo Sr. Francisco: “tenho paralisia infantil nas duas pernas, a idade pesa muito, estou me sentindo cansado, mas continuo”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de equipes interdisciplinares para a construção dos relatórios técnicos foi um avanço no sentido de melhor compreender os aspectos técnicos, culturais, identitários, econômicos e sociais dos territórios quilombolas. A burocratização nos processos retarda a titulação das terras e dificulta o acesso das comunidades tradicionais às suas políticas públicas. Diante disso e da atual conjuntura política do país, as parcerias entre o INCRA e outras entidades como as universidades ou Institutos Federais, são capazes de mitigar tamanhos entraves no processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas.

A metodologia utilizada e descrita neste trabalho subsidia a elaboração deste documento em outras comunidades, podendo colaborar com o processo de titulação das comunidades em questão. Este relatório será utilizado como base para a construção do relatório agroambiental da comunidade remanescente de quilombo Machadinha e será um adendo do seu relatório antropológico. Salienta-se que para a elaboração do relatório em questão, faz-se necessário um estudo das características ambientais da comunidade, assim como aprofundar a caracterização agronômica do Território de Boa Vista. A Sede e a localidade de Mutum também precisam ter suas caracterizações agronômicas elaboradas. Diante dos dados coletados na pesquisa sugere-se que seja feita a análise da água dos poços.

A exemplo do projeto atuante na comunidade, relacionado ao resgate da culinária com influencia africana na região, é recomendada a implantação de projetos agronômicos e ambientais com o objetivo de resgatar o modo de produzir tradicional, preservando o meio ambiente. Considera-se interessante para isso, que sejam ministrados cursos de agroecologia de modo a garantir a segurança e soberania alimentar dessa população.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto N°5.051, de 19 de Abril de 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

CAZELLA, Ademir. A.; BONNAL, Philippe.; MALUF, Renato. S. (organizadores). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2009.

EMBRAPA. Controle Alternativo de Pragas e Doenças. Brasília: DF. Embrapa – Informações Tecnológica. 2006. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11942/2/00078790.pdf>> Acesso em: set./2018.

EMBRAPA. Caracterização de paisagens e solos representativos do estado do rio de Janeiro para fins de estimativa de estoque de carbono no solo. 2005. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPS-2010/14904/1/bpd66-2005-caract-paisagens.pdf>> Acesso em set./2018.

EMBRAPA. Manual de calagem e adubação do estado do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. Universidade Rural. 2013.

FERREIRA, C. E. O. Mapeamento e Qualificação das Coberturas Inconsolidadas Aplicadas ao Planejamento Territorial na escala 1:250 000 Folha Macaé, Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 1999. Tese-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências.

FLORES, C. A. et al. Outras formas de degradação do solo. In: MANZATTO, C. V. Uso agrícola dos solos brasileiros / Celso Vainer Manzatto; Elias de Freitas Junior; José Roberto Rodrigues Peres (ed.). – Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Histórico de Quissamã.2018 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/quissama/historico>> Acesso em: ago./2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2018 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/quissama/historico>> Acesso em: ago./2018

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Regularização de território quilombola: perguntas e respostas. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/quissama/pesquisa/24/27745>> Acesso 09/ 2018.

_____. Processos abertos por região. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>> Acesso em: 07/2017

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354

LIMA, V. C. S. Desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS). 2016.104f. Tese. Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Seropédica, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Avaliação do processo de transferência de tecnologia de automação de baixo custo para irrigação: estudo de caso na Escola Família Agrícola de Jacaré – Itinga (MG). 2012. 64f. Dissertação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Seropédica, Rio de Janeiro, 2016.

PIMENTA, C. **A relação da planta com a água**. Seropédica, RJ: Edur, 2004.

MACHADO, F. da S. Fazenda Machadinho: Memória e Tradições Culturais em uma Comunidade de Descendentes de Escravos. 2006. 116 f. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**. Brasília: MMA, 2010.

MONTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. **Irrigação: Princípios e Métodos**. 3 ed. Atual. Viçosa: Ed. UFV. 355p.2009.

POUBEL, A. G. S. A luta, o reconhecimento e a titulação da terra em comunidades remanescentes de quilombos: o caso da fazenda machadinho. 2016. Dissertação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, G. F. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **Revista do CAAP**, 2009 (2), Belo Horizonte, jul.-dez. 2009.

SHELL. Shell reúne comunidades quilombolas para evento cultural em Campos. 2017. Disponível em: < <https://www.shell.com.br/imprensa/comunicados-para-a-imprensa-2018/shell-reune-comunidades-quilombolas-para-evento-cultural-em-campos.html>> Acesso em: set./2018

ZANETTI, E. G. B. Conhecimento tradicional de agricultores acerca da qualidade de solos em Quissamã. 2015. 56f. Dissertação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Rio de Janeiro, 2015.

WANDERLEY, Maria. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, outubro, 2000:87-145

QUISSAMÃ: Estudo Socioeconômico 2006. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria-geral de Planejamento, Rio de Janeiro, 2006.

SEMADS - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Bacias hidrográficas e rios fluminenses – síntese informativa por macrorregião. In: Projeto PLANAGUA SEMADS/ GTZ de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO - DADOS AGROAMBIENTAIS

Nome da Comunidade: _____

Responsável pela Unidade Produtiva Familiar –
UPF: _____

Número do lote ou nome do
sítio: _____

Área total trabalhada pela família (tamanho do lote ou sítio): _____

1 - Composição do núcleo familiar:

Iden.	Nome	Origem	Sexo	Idade	Escol.	Ocupação
Casal						
Filho s						
Outro s						

2 - Culturas, criação e área de preservação

Elemento gerador	Área (ha)	Nº. de plantas	Nº. de cab./ área	Produção/ destino		
				Total	Venda	Consumo
Roça/plantios						
Perenes						
Criações						
Pasto						
Mata						

--	--	--	--	--	--	--

3 - Infraestrutura e equipamentos

Tipo	Quant.	Condições	Considerações

4 - Croqui da Unidade de Produção Familiar - UPF

Entorno da UPF	
<table border="1"><tr><td style="text-align: center;">Desenho da UPF e seus subsistemas produtivos</td></tr></table>	Desenho da UPF e seus subsistemas produtivos
Desenho da UPF e seus subsistemas produtivos	

5 - Visão sobre o entorno

Oportunidades	Problemas

6 - Quadro financeiro

Subsistema	Formas de comercialização	Renda anual em R\$
Total		

7 - Calendário de atividades e distribuição da mão-de-obra

Subsistema / atividade	Categori a	Jan	Fev	Ma	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Ou	No	Dez
Roça													
Prep. de área													
Plantio													
Capinas													
Colheita													
Criações													
Trabalho de Casa													
Atividades Extras													
M – Mulher adulta		H – Homem adulto			m – mulher menor				h – homem menor				

— Atividade sazonais

..... Atividades contínuas

8 - Potencialidades e restrições

Variáveis	Potencialidades	Restrições
Água (qual a fonte?)		
Relevo		
Solo		
Mata		
Força de trabalho (mão de obra)		

9 - Quais organizações (sindicato, associação, cooperativa...) faziam parte nos últimos anos e qual a relação estabelecida com as mesmas?

Organização	Período	Atuação na organização	Avaliação

10 -Quais foram as principais mudanças vivenciadas nos últimos anos na UPF?

11 - Assistência técnica e extensão rural - ATER

Ações	Período	Organização	Técnico	Efeitos

12 - Políticas públicas

Políticas acessadas (fonte)	Período	Forma de acesso (como tomou conhecimento e acessou)	Valor e/ou equipamentos e/ou serviços recebidos	Efeitos

13 - Quais problemas afetam a produção da sua lavoura ou criação? Quais medidas você toma para minimizar os danos?

14 – Você utiliza algum tipo de adubação? Se sim, qual e como define as quantidades a serem utilizadas?

15 - Com quem e de que forma aprendeu a trabalhar com lavoura?

16 - Você utiliza algum conhecimento tradicional para manejar sua lavoura ou seus animais (usa algum manejo ensinado por seus pais/avós ou alguém “mais antigo”)? Que conhecimentos são estes?

17 - De onde vêm as sementes e mudas utilizadas no plantio?

18 - É realizado o manejo conservacionista destes corpos hídricos (existe algum cuidado para preservar essas áreas)? Qual / quais?

19 - É utilizado sistema de irrigação? Qual / quais? Por que você escolheu esse sistema?

20 - Em sua opinião quais os danos causados pelo manejo inadequado da natureza (solo, da água e dos cultivos)?

21 - Tem algum animal ou planta que tenha desaparecido ou diminuído na comunidade ou na região? Se sim qual / quais? Qual / quais motivos?

22 - Quais aspectos ambientais e/ou produtivos poderiam melhorar na comunidade?

ANEXO



MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTURUTURA FUNDIÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGULARIZAÇÃO TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

NOTA TÉCNICA DFQ/ N° 006/2009

Assunto: Roteiro para o levantamento de informações agrônomo-ambientais para regularização de territórios remanescentes de comunidades de quilombos.

Referência: Instrução Normativa INCRA nº 49/2008.

1. INTRODUÇÃO

Esta nota tem a finalidade de orientar os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas, especificamente às(aos) engenheiras(os) agrônomas(os), detalhando as ações e/ou o levantamento de informações que este profissional deverá obrigatoriamente estar envolvido ou responsabilizar-se por sua execução direta, do que trata o Art. 10 da Instrução Normativa nº 49/08.

2. HISTÓRICO

Durante as Capacitações dos Agentes Promotores de Regularização dos Territórios Quilombolas, realizadas no corrente ano, foi definida a necessidade da composição de um documento que orientasse e padronizasse o serviço da(o) engenheira(o) agrônoma(o) na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – de territórios quilombolas.

Como diretiva, foi formado um grupo de agrônomas(os) para a proposição deste texto, sendo discutido primeiramente por meio eletrônico e, num segundo momento, presencialmente, configurando-se ao final nesta Nota Técnica.

Notadamente, durante toda a discussão sobre este roteiro, as manifestações imbuíram-se pela preocupação de não se criar entraves para a regularização dos territórios quilombolas, considerando-se que tanto o Decreto 4887 quanto a Instrução Normativa nº 49/08 reportam-se a "informações agrônômicas e ambientais", não exigindo "relatórios clássicos" da reforma agrária. Portanto, este roteiro é o mais flexível possível, onde se teve como propósito levar em consideração as opções da própria comunidade e observar as exigências legais pertinentes, com a composição de mapas e informações técnicas.

3. FUNDAMENTAÇÃO:

O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceu a obrigação do Estado em reconhecer aos remanescentes de comunidades dos quilombos a propriedade definitiva das terras por eles ocupadas.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A definição de terras ocupadas se encontra disposta no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que a conceitua em seu §2º, denotando a dimensão do território que deva ser regularizado, bem como no disposto no Art. 4º da IN 49/08.

Art. 2º Decreto 4887/2003.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Instrução Normativa Incra nº 49/2008

Art. 4º. Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Para delimitação territorial das comunidades remanescentes de quilombos, faz-se necessário a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que consiste de um estudo técnico para a caracterização espacial, econômica, ambiental e sócio-cultural do território ocupado pela comunidade, balizado pela participação da própria comunidade.

Este RTID possui suas peças definidas nos incisos do Art. 10 da IN 49/2008, sinteticamente assim dispostos: I - relatório antropológico; II - levantamento fundiário; III - planta e memorial descritivo do perímetro; IV - cadastramento das famílias; V – levantamento de sobreposições de áreas e VI - parecer conclusivo.

A partir da análise das peças acima o grupo responsável pela confecção desta Nota identificou conteúdos técnicos que a(o) engenheira(o) agrônoma(o) deve participar e considerar para a elaboração do levantamento das informações agro-ambientais que atendam à legislação vigente. Notadamente o relatório antropológico, o levantamento fundiário e o levantamento das sobreposições de áreas são peças em que a participação agrônômica é fundamental para a confecção do RTID.

No item referente ao relatório antropológico o levantamento do calendário de atividades produtivas e, principalmente, a caracterização do ambiente de produção aparecem como informações típicas no(a) qual o(a) profissional de agronomia deve contribuir, seja por força de suas atribuições profissionais, seja pela própria práxis da operacionalização destas informações.

Percebe-se que a citação da IN nº 49 sobre a confecção do relatório antropológico aguça a perspicácia técnica dos executores ao desafio da composição territorial sustentável. Isto se deve às características da própria discussão de delimitação de territórios étnicos que também são inerentes à discussão de sustentabilidade.

Neste sentido, convém apresentar-se o que se entende por "sustentabilidade".

Sustentabilidade é um conceito sistêmico e amplo, o qual está relacionado ao desenvolvimento conjunto dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana; bem como está contido na definição de terras ocupadas por quilombos.

A proposta de um território sustentável deve configurar-se de tal modo que as atividades humanas e suas economias possam garantir as suas necessidades básicas e expressar o seu maior potencial no presente e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses propósitos.

Para uma delimitação territorial ser sustentável, tem que ter em vista 4 (quatro) requisitos básicos. Este território tem que ser: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

A inferência sobre a sustentabilidade territorial é um critério básico que conduz a uma reflexão ampla sobre a composição da equipe técnica que vai executar o trabalho em campo.

Invariavelmente a delimitação de territórios quilombolas é um exercício de aprofundamento dos conceitos sobre a "identidade quilombola" que deságua na caracterização sócio-histórico-antropológica do território. Não podendo assim, ou de qualquer outra forma, se inserir as demais peças relativas aos procedimentos administrativos, como peças individuais dentro do RTID.

4. ROTEIRO (AÇÕES QUE O AGRÔNOMO DEVERÁ ENVOLVER-SE):

A confecção do relatório antropológico é caracterizada pelo levantamento de informações não somente históricas, mas também econômicas, ambientais e agronômicas. Assim, a participação da(o) agrônoma(o), que poderá ser do INCRA ou oriunda(o) de uma parceria, deverá efetivar-se segundo as orientações apresentadas a seguir.

4.1 Visando atender ao disposto no Art. 10, inciso I, alínea d, item 6, a saber:

6. levantamento, a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, das manifestações de caráter cosmológico, religioso e festivo, atividades lúdico-recreativas em sua relação com a terra utilizada, **os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário;**

(grifo de destaque às informações agronômicas relevantes)

A(o) profissional deve apresentar o calendário de atividades produtivas, estando ciente que a caracterização dos recursos naturais deve ser demonstrada nas demais informações levantadas.

4.2 Visando atender ao disposto no Art. 10, inciso I, alínea e, itens 3, 5, 7, e 10 (partindo-se do entendimento de que o conteúdo do item 5 englobará os itens 4 e 6):

e) ambiente e produção, contendo:

3. identificação e explicitação da forma de ocupação quanto ao seu caráter tradicional, evidenciando **as unidades de paisagem disponíveis no presente** e no plano da memória do grupo, bem como seus usos, necessários à reprodução física, social, econômica e cultural;

4. **descrição das práticas produtivas**, considerando as dimensões cosmológicas, de sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho;

5. **descrição das atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade com a identificação, localização e dimensão das áreas e edificações utilizadas para este fim;**

6. **identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico** e cultural da comunidade e explicitação de suas razões;

7. **avaliação das dimensões da sustentabilidade** referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto ao grupo em questão;

10. **identificação e descrição das áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais, tais como áreas de preservação permanente, reserva legal e zonas de amortecimento das unidades de conservação.**

(grifo de destaque às informações agronômicas relevantes)

a) A(o) profissional deve identificar ou explicitar as unidades de paisagem disponíveis no presente, considerando o mapa de uso atual do solo e os demais mapas construídos com informações cartográficas e levantamentos de campo;

b) Em relação à descrição (identificação, localização e dimensão das áreas e edificações utilizadas) das atividades produtivas a(o) agrônomo(o) deve basear-se em levantamento de campo junto à comunidade, sendo que estas informações serão utilizadas para a elaboração do mapa de uso atual do solo.

c) A avaliação das dimensões da sustentabilidade do território implica em considerar alguns aspectos, tais como:

- Que esteja em consonância com a legislação ambiental;
- Que vise à garantia do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental da comunidade; o que é diferente de crescimento puramente financeiro;
- Que identifique as implicações e as necessidades de segurança alimentar da comunidade;
- Que equilibre a preservação do meio ambiente com as necessidades da comunidade (principalmente relacionadas ao uso da água e solo);
- E que possibilite à comunidade a busca pela diversificação das explorações produtivas.

d) Além destes aspectos, do ponto de vista prático, devem ser elaborados os seguintes mapas, que servirão de subsídio para essa avaliação e para a identificação e descrição das áreas de preservação permanente e de reserva legal:

1 - mapa de uso atual do solo, denotando a hidrografia, as áreas de preservação permanente e suas utilizações, bem como as áreas de reserva legal, se estas já estiverem averbadas no território;

2 - mapa de classes de capacidade de uso do solo, apresentando a proposta de localização da reserva legal do território e identificando os tipos de solos presentes;

3 - mapa de relevo/declividade.

OBS: Territórios quilombolas podem ser semi-urbanos ou urbanos, não se justificando, neste caso, a elaboração de algumas informações agronômicas como: mapa de classes de capacidade de uso e a proposta de reserva legal. Ao mesmo tempo, considera-se que a elaboração do mapa de uso atual dos solos, mesmo em territórios urbanos, é interessante para a identificação das atividades desenvolvidas ou a serem desenvolvidas pela comunidade.

e) Quanto à identificação e descrição das zonas de amortecimento das unidades de conservação, deve-se consultar os órgãos ambientais competentes e, quando houver, os respectivos planos de manejo.

4.3 Visando atender ao disposto no Art. 10, inciso I, alínea f:

f) conclusão, contendo:

- 1. **proposta de delimitação** da terra, tendo como base os estudos previstos neste inciso I;*
- 2. planta da área proposta, que inclua informações e indicação cartográfica de localização dos elementos anteriormente referidos;*
- 3. descrição sintética da área identificada, relacionando seus diferentes marcos identitários, espaços e paisagens, usos, percursos, caminhos e recursos naturais existentes, tendo em vista a reprodução física, social e cultural do grupo, segundo seus usos, costumes e tradições;*
- 4. indicação, com base nos estudos realizados, de potencialidades da comunidade e da área, que possam ser, oportunamente, aproveitadas;*

- a) A definição da área territorial a ser delimitada é de competência do responsável pelo relatório antropológico, levando em conta os parâmetros técnicos agronômicos e ecológicos de sustentabilidade;
- b) Orienta-se que para todos os itens haja integração da equipe para a elaboração da conclusão.

4.4 Visando atender ao disposto no Art. 10, inciso II, alínea a:

II - levantamento fundiário, devendo conter a seguinte descrição e informações:

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não-quilombolas, com **descrição das áreas por eles ocupadas, com a respectiva extensão, as datas dessas ocupações e a descrição das benfeitorias existentes;**
(grifo de destaque às informações agronômicas relevantes)*

- a) Ressalta-se que este levantamento deve ser executado, preferencialmente, pela(o) agrônoma(o), tendo em vista que estas informações sejam aproveitadas, futuramente, na composição do laudo de avaliação;
- b) Os demais itens podem ou não ter o envolvimento da(o) profissional de agronomia.

4.5 Visando atender ao disposto no Art. 10, inciso V:

V - levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios

a) Antes da conclusão do RTID é necessária a análise das sobreposições de áreas existentes no território quilombola delimitado. Portanto se recomenda a utilização da base cartográfica do INCRA (Sede e Superintendência Regional) e a apresentação de um mapa que indique a sobreposição, em termos de área total e percentual sobreposto, bem como uma análise sintética da situação;

b) Caso a área do território não apresente sobreposição dispensa-se o mapa de sobreposições; contudo, é necessário o posicionamento técnico sobre a não ocorrência de sobreposições.

Proposta do grupo de agrônomas e agrônomos

Contribuição antropológica

Camila Batista DFC

Alba Lucy Figueroa DFQ

Cláudio Luiz G. Marques SR-09/PR

Bruno Soares Meneses DFQ

Lea Conde SR-10/SC

Guilherme Mansur Dias DFQ

Luz Marilda Maciel DE

Leonardo Leocadio da Silva DFQ

Marcelo Parente SR-24/PI

Roberto Alves de Almeida DFQ

Vanilton Ribeiro dos Santos DFQ

Richard Martins Torsiano

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária-DF